

Construindo a inserção através da participação:
A perceção dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção

Joana Isabel Oliveira Basto

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Serviço Social

Orientador(a):
Doutora Maria Inês Amaro, Professora Auxiliar,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa (IUL)

Outubro 2019

Construindo a inserção através da participação:
A perceção dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção

Joana Isabel Oliveira Basto

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Serviço Social

Orientador(a):
Doutora Maria Inês Amaro, Professora Auxiliar,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa (IUL)

Outubro 2019

AGRADECIMENTOS

Gostaria de aproveitar este ponto para agradecer àqueles que, de forma mais ou menos impactante, tiveram um papel importante na construção desta dissertação.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à minha amiga que em 2014 defendeu a sua dissertação em Direito e me convidou para assistir à defesa. Este foi o momento em que a vontade de estudar renasceu.

De seguida, quero agradecer aos meus pais que desde o início desta jornada estiveram sempre do meu lado, amparando as quedas e motivando sempre a persistência para alcançar os objetivos pretendidos em cada disciplina concluída e, no fim, para a redação da presente dissertação. Obrigada por estarem presentes em todos os momentos da minha vida, com um sorriso e palavra amiga, mas também com os conselhos assertivos importantes para o meu crescimento enquanto pessoa.

Numa fase crítica de construção desta dissertação houve quem me dissesse o quão desiludida estava comigo por eu nunca mais terminar este trabalho. Este momento foi crucial e foi o necessário para encontrar a força que faltava para acabar este capítulo da minha vida.

Em relação à parte mais formativa, gostaria de deixar um agradecimento a todos os docentes do Mestrado em Serviço Social no ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa (IUL) e um agradecimento especial à minha orientadora, professora Maria Inês Amaro, sem o apoio da qual concluir esta dissertação teria sido impossível, mostrando uma disponibilidade muito para além da expectável. Agradecer ainda às instituições que prontamente se disponibilizaram para me receberem nas suas instalações para o trabalho de recolha de dados e às pessoas que responderam positivamente ao convite para serem entrevistadas e que deixaram um pouco da sua história comigo. No geral, agradecer ao ISCTE-IUL a oportunidade de voltar a estudar, de ser desafiada intelectualmente e a forma como contribuiu para me tornar uma melhor assistente social com recurso às novas aprendizagens.

Por fim, mas não menos importante, um agradecimento também àqueles que passaram na minha vida ao longo dos anos em que estive a frequentar este mestrado, fossem amigos, familiares ou apenas conhecidos, obrigada a todos porque de alguma maneira tiveram um papel na forma como conduzi este processo.

RESUMO

Introdução: A presente dissertação assume como principal propósito compreender as percepções dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção (R.S.I.) em relação ao seu papel participativo na construção dos seus planos de inserção. Pretendeu-se não só focar na questão da participação mas também em perceber se as ações definidas no plano de inserção são as que as pessoas consideram prioritárias para saírem da situação em que se encontram. Para a reflexão sobre esta temática o quadro teórico baseou-se nas questões de pobreza e exclusão social, de participação, estabelecimento de relação com o profissional e ainda no empowerment.

Método: Realizou-se um estudo qualitativo, sendo que para a recolha de dados realizaram-se entrevistas semi-estruturadas a 23 pessoas beneficiárias da medida do R.S.I. As principais dimensões abordadas na entrevista foram as etapas para requerer o R.S.I., a noção de contrato de inserção e definição das ações lá estabelecidas, a percepção de participação da pessoa no âmbito do processo de R.S.I., a relevância para a pessoa da relação estabelecida com o profissional de acompanhamento, a reflexão sobre as ações que podem conduzir à autonomização da medida e ainda propostas de melhoria da própria.

Resultados: Verifica-se que as pessoas entrevistadas não sentem que o contrato de inserção seja um elemento relevante na sua participação no R.S.I. referindo antes a relação com os profissionais como elemento condutor a esta participação e conseqüente emancipação.

PALAVRAS-CHAVE: Rendimento Social de Inserção; Participação; Relação; Emancipação; Empowerment; Serviço Social

ABSTRACT

Introduction: The present thesis' main purpose is to understand the perceptions of the clients of Social Insertion Income about their participative role in creating their insertion plans. It is intended not only to focus on the participation part but also in understanding if the actions defined in the insertion plan are the ones that the people consider to be a priority to lead them to get out of the situation they find themselves in. To reflect about this theme the theoretical frame is based on considerations on poverty and social exclusion, participation, establishing a relationship with the social worker and also empowerment.

Method: A qualitative study was carried out, and the data was collected through semi-structured interviews to 23 people that benefit from Social Insertion Income. The main dimensions that were questioned were related to the steps needed to apply to Social Insertion Income, the concept and definition of the actions that are mentioned in the insertion contract, the perception of participation in the Social Insertion Income, the importance of establishing a relationship with the professional that follows the person's situation, the reflection on the actions that might lead to getting out from Social Insertion Income and some proposals on how to improve this social benefit.

Results: It is evident that people who were interviewed don't feel that the insertion contract is an important element on their participation in the Social Insertion Income, mentioning the relationship they establish with social workers as the conducting element to participation and emancipation.

KEYWORDS: Social Integration Income; Participation; Relationship; Emancipation; Empowerment; Social Work

ÍNDICE

| | |
|---|-----|
| AGRADECIMENTOS | i |
| RESUMO | ii |
| ABSTRACT | iii |
| INTRODUÇÃO | 1 |
| CAPÍTULO 1 – O RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO COMO MEDIDA DE POLÍTICA PÚBLICA PARA INVERTER TRAJETÓRIAS DE POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL | 3 |
| 1. CONCEITOS DE POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL..... | 3 |
| 2. RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO..... | 6 |
| CAPÍTULO 2 – PROCESSOS DE PARTICIPAÇÃO | 11 |
| 1. AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE E DESENVOLVIMENTO DA RELAÇÃO | 11 |
| 2. EMPOWERMENT..... | 15 |
| CAPÍTULO 3 – ABORDAGEM METODOLÓGICA | 19 |
| 1. PARTICIPANTES | 19 |
| 2. PROCEDIMENTO..... | 20 |
| 3. TÉCNICAS | 20 |
| 4. PLANO DE ANÁLISE GLOBAL..... | 21 |
| CAPÍTULO 4 – ANÁLISE INTERPRETATIVA DOS DADOS RECOLHIDOS | 25 |
| 1. O MOMENTO DE REQUERER O R.S.I..... | 25 |
| 2. AS AÇÕES NO CONTRATO DE INSERÇÃO E AS PERCEÇÕES DAS PESSOAS DA CONDIÇÃO NECESSÁRIA PARA SE AUTONOMIZAREM DA MEDIDA | 28 |
| 3. A PERCEÇÃO DOS PROCESSOS PARTICIPATIVOS NO ÂMBITO DO R.S.I..... | 32 |
| 4. REFLEXÕES SOBRE O FUTURO DO R.S.I. | 37 |
| CONCLUSÃO | 41 |
| BIBLIOGRAFIA..... | 45 |

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 4.1. – Descrição das ações contratualizadas no contrato de inserção vs. Percepção da pessoa em relação ao que deveria acontecer na sua vida para se autonomizar da medida 31

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1. Evolução das ações não cessadas por área de inserção no total das ações não cessadas em dezembro de cada ano e em abril de 2016 (continente). 8

Figura 3.1. Códigos criados com base nas entrevistas realizadas 22

Figura 3.2 – Exemplo de utilização da ferramenta Document Portrait na Entrevista 1, com base nos códigos presentes na figura 3.1..... 23

Figura 4.2. Nuvem de Palavras do código “Relação com a Técnica” 35

INTRODUÇÃO

O presente estudo reflete sobre os processos de participação dos indivíduos beneficiários do Rendimento Social de Inserção (R.S.I) na construção dos seus planos de vida futuros, como forma de inverter trajetórias de exclusão.

Deste modo, pretende-se refletir sobre o papel que estes realmente assumem na construção dos planos de ação que deverão levar à alteração da situação atual que os coloca numa posição de vulnerabilidade. Torna-se assim imperativo compreender as dinâmicas de construção do plano de inserção para perceber se os beneficiários têm um papel ativo na definição do que serão os seus deveres enquadrados no direito de usufruir da medida.

A escolha deste tema baseia-se em razões profissionais e pessoais. No desempenho de funções no âmbito da medida do R.S.I., observei que aquando um primeiro diagnóstico da situação dos beneficiários existia a necessidade de elencar algumas ações para constar no contrato de inserção, já que não poderiam beneficiar da medida sem a definição dessas ações. Sendo assim, tornou-se para mim imperativo compreender até que ponto os beneficiários têm um papel ativo na definição do que serão as suas obrigações enquadradas na medida. Também por motivos pessoais senti-me interessada em mergulhar nesta questão, pois considero que, de alguma forma, cada um de nós sente-se mais envolvido naquilo que define para si mesmo e que se compromete a fazer, do que propriamente em algo que é imposto externamente e com o qual não estabelece qualquer relação de proximidade ou de significância.

Em 2014, a Federação Internacional do Serviço Social, divulgou uma nova definição de Serviço Social, descrevendo-o como “(...) uma profissão de intervenção e uma disciplina académica que promove o desenvolvimento e a mudança social, a coesão social, o empowerment e a promoção da Pessoa. (...)”, sendo que o tema escolhido se relaciona com os conceitos mencionados neste excerto. Os planos de inserção resumem-se a um conjunto de ações que devem promover a mudança da situação dos indivíduos abrangidos pela medida, contribuindo para a promoção destes enquanto Pessoas. Nesta definição coloca-se a tónica também em questões de empowerment, pois o indivíduo deve ter poder sobre o que é a sua vida, que, repare-se, é sua, e de seu direito decidir sobre ela.

Sem dúvida que a definição de Serviço Social que hoje orienta os profissionais da área aborda outras questões e ideias que são igualmente orientadoras da ação dos profissionais e dos investigadores que desenvolvem estudos na área, no entanto, as que foram até agora destacadas são as que espelham da melhor forma o tema que se quer abordar.

Deste modo, partimos da seguinte questão:

Qual a percepção dos beneficiários do R.S.I. em relação ao seu papel participativo na construção dos seus planos de inserção?

Esta não só coloca o foco sobre a participação na elaboração dos planos mas sim se estes ilustram o que os indivíduos entendem ser essencial, prioritário e necessário atender para se alterar a sua situação de vida.

O presente estudo, ressalta como objectivo geral a necessidade de compreender o papel dos beneficiários do R.S.I. nomeadamente no que diz respeito à construção dos seus planos de inserção e se estes se adequam às necessidades identificadas pelos próprios beneficiários. Aqui pretende-se identificar as necessidades que os beneficiários do R.S.I. entendem ser prioritárias para que se autonomizem da medida; perceber se as áreas de intervenção que constituem os planos de inserção se coadunam com as identificadas pelos beneficiários como prioritárias; perceber de que forma é que os indivíduos sentem que participam na construção do plano de inserção.

Em termos de estrutura, este estudo fragmenta-se em quatro capítulos com propósitos distintos mas complementares.

Num primeiro capítulo apresentam-se algumas das diversas definições que existem dos fenómenos de pobreza e exclusão social, sendo que estas servem de base para enquadrar o leitor na medida de política pública que é o Rendimento Social de Inserção.

Não perdendo de vista a centralização do estudo nas questões associadas aos mecanismos de participação avança-se esta reflexão para um segundo capítulo onde são destacadas as preocupações teóricas relacionadas com estes mesmos processos.

Para melhor dar a conhecer ao leitor as questões metodológicas que sustentam o estudo é desenvolvido o Capítulo 3 onde, não só se dá o enfoque sobre a abordagem metodológica e as técnicas privilegiadas para a recolha dos dados, mas sobre as razões das suas escolhas.

Por fim, e de forma a concluir a reflexão proposta desde o início do estudo, é feita a análise dos dados empíricos recolhidos e um enquadramento dos mesmos tendo em conta o quadro teórico a que se deu destaque nos primeiros dois capítulos.

CAPÍTULO 1 – O RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO COMO MEDIDA DE POLÍTICA PÚBLICA PARA INVERTER TRAJETÓRIAS DE POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

1. CONCEITOS DE POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

Ao longo dos tempos as sociedades têm-se confrontado com a existência de situações de pobreza e exclusão social e com a necessidade de encontrar sucessivamente soluções para amenizar ou colmatar estes mesmos problemas, no entanto, importa, numa fase inicial, compreender ambos os fenómenos.

A pobreza surge inicialmente bastante associada a questões económicas, ou seja, um determinado indivíduo ou agregado estava em situação de pobreza se não tivesse recursos económicos à sua disposição que lhe permitissem fazer face às despesas do quotidiano. No entanto, o conceito foi evoluindo de tal forma que começaram a contemplar-se outro tipo de recursos para além dos económicos, como destaca, por exemplo, Brebant (1984) que desenvolveu o seu trabalho em torno da existência de quatro tipos de recursos necessários para contrariar a situação de pobreza. Nestes incluem-se os recursos económicos, associados ao poder de compra; os recursos culturais, associados ao acesso à educação, a formas culturalmente valorizadas; os recursos relacionais, referentes às redes relacionais que se constroem nos diversos contextos; e ainda recursos simbólicos, ligados ao estatuto social, identidade social. Segundo a autora, o acesso a estes recursos inverteria a tendência de ficar em situação de pobreza e, por conseguinte, contribuiria para a construção de percursos de inserção.

Para Estivill (2003) a palavra pobre pode associar-se a três tipos de carências: «ter pouco», «valer pouco» e «ter pouca sorte», ou seja, refere-se às questões económicas, de valor individual e de acesso a oportunidades na vida em comunidade.

Dada a complexificação das sociedades mais industrializadas começam a surgir outro tipo de problemáticas que já não é possível enquadrar unicamente numa teorização ao nível da pobreza, surgindo o conceito de exclusão social que está, como a designação indica, mais associado à não participação dos cidadãos na vida em sociedade, e ao afastamento do exercício da cidadania plena.

Diogo *et al.* (2015, *Org.*) fazem-nos viajar na história da concetualização do fenómeno de exclusão social, começando por referir a ideia de Durkheim que focava esta na perda dos laços sociais, passando para a noção de Weber que a percecionava como resultante de situações de concorrência e competição, mas também ao facto de certos grupos sociais se

fecharem sobre si mesmo monopolizando para si os recursos indispensáveis à sensação de integração numa determinada sociedade. Goffman é ainda referido pois defende que a exclusão social é suscitada pela estigmatização e rotulagem resultantes das interações sociais e Marx surge como defensor de que as pessoas ficam excluídas pois pertencem a classes exploradas e não às dominantes, que se apropriam dos meios de produção, geradores de trajetórias inclusivas.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (2003), o conceito de exclusão social surge ligado a um contexto de referência do qual se é excluído. Acrescenta ainda que dois contextos similares de pobreza podem manifestar níveis de exclusão diferentes. Bruto da Costa (Diogo *et al.*, 2015, *Org.*) explica que os fenómenos de pobreza e exclusão social têm uma componente estrutural, pois a condição de um indivíduo ser pobre/excluído constrói-se e reproduz-se a partir de fatores de ordem estrutural que lhe são alheios e exteriores.

Para Costa (2008) a situação de pobreza verifica-se quando existe uma privação por ausência de recursos, já no que se refere ao fenómeno da exclusão, a privação não se prende com a ausência de recursos mas sim com a ausência de oportunidades de acesso ao que designa de sistemas sociais básicos. De forma muito breve, estes sistemas agrupam-se em vários domínios: social (relativo a sociabilidades – sejam as relações no círculo imediato com família e vizinhança, intermédio, com associações locais, grupo de amigos, entre outros, ou amplos, como a comunidade local), económico (o que permite ao indivíduo gerar recursos, o acesso ao mercado de bens e serviços e ainda questões relativas à poupança), institucional (relativo ao acesso às instituições prestadoras de serviços como a saúde, educação, entre outros) e das referências simbólicas (dimensão mais subjectiva associada a questões de auto-estima, identidade social, entre outras). Estivill (2003) acrescenta ainda uma dimensão que está associada à participação ativa nas decisões que influenciam a vida das pessoas.

Assim sendo, os fenómenos de pobreza e exclusão social emergem devido à dificuldade ou impossibilidade que os indivíduos têm em aceder a diversos domínios ou recursos necessários à vida em comunidade e é nesta multiplicidade que se manifesta a necessidade também de encontrar soluções capazes de atender à complexidade destes fenómenos. Pobreza e exclusão social não são equivalentes pois uma pessoa pode ser pobre e não ser excluída, ou ser excluída e não ser pobre, ou ainda experienciar ambas as situações, mas como foi perceptível, são conceitos complementares.

Perante situações de pobreza e exclusão social é necessária a criação de políticas de combate a estes fenómenos. Bruto da Costa (Diogo *et al.*, 2015, *Org.*), defende que são

também fatores de ordem política que causam estes fenómenos, ou seja, de uma forma perversa as políticas acabam por ter efeitos contraditórios pretendendo amenizar as situações de pobreza e exclusão social mas por vezes contribuindo para o seu agravamento.

Capucha (Diogo *et al.*, 2015, *Org.*) reforça que, em Portugal, a história mais recente tem comprovado de que forma as políticas influenciam para o bem e para o mal os fenómenos de pobreza e exclusão social, referindo que a aplicação de políticas de austeridade aquando a crise de 2007/2008 contribuiu para um retrocesso em termos de evolução económica, de emprego, entre outras, refletindo-se negativamente na vida das pessoas. Refere ainda que para além de fenómenos estruturais é fundamental ter uma visão mais ligada às representações e disposições das pessoas, ou seja, atender à perceção que as pessoas têm sobre a sua situação e o que poderia ser melhorado na mesma. Isto está estreitamente relacionada com os processos decisórios que, na maioria das vezes, estão distantes das próprias pessoas que vivenciam as situações. Uma intervenção de proximidade permitiria por um lado conhecer a realidade da pessoa, mas também devolver-lhe o que vai sendo construído ao nível científico para se perceber se se ajusta à situação vivenciada. Seguindo esta lógica, Capucha (2005) construiu o seu modelo teórico em torno do conceito de modos de vida da pobreza, onde destaca a existência de oito, aqui sucintamente referidos. A “destituição” é caracterizado pelo despojo total de recursos e de condições para gerar os mesmos; a “restrição” aparece associada à pobreza envergonhada, onde as pessoas têm rendimentos parcos, apenas suficientes para satisfazer as necessidades mais básicas; a “dupla referência” mais característica dos imigrantes que sentem extrema dificuldade em conseguir integração social no país de acolhimento, mantendo uma dualidade entre a realidade deste e a do país de origem; a “poupança” que surge associada à necessidade de restringir os gastos com as despesas básicas, de forma a conseguir poupar parte dos rendimentos; a “convivialidade” que surge associada a pessoas dependentes de subsídios estatais, com parcos rendimentos, e que privilegiam a vivência do momento presente perante a incerteza reservada pelo futuro; o “investimento na mobilidade” associado a processos de ascendência social promovidos pelos pais que investem na educação dos seus filhos; a “transitoriedade” muito associada a fenómenos de nova pobreza em que as pessoas transitam para situações de pobreza de inesperadamente; e, por fim, a “desafetação” que é caracterizada pela perda de laços sociais e progressivo isolamento da pessoa.

2. RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO

Inicialmente as respostas às situações de pobreza ou exclusão social eram deixadas à mercê de políticas assistencialistas que pretendiam assegurar a subsistência através de ajudas económicas ou de bens que as substituíssem, como o apoio com bens alimentares. Estas tentativas de amenização estavam estritamente relacionadas com o que se julgava ser a origem única das questões de pobreza, ou seja, os factores económicos. Perante a complexificação das situações objetivas e subjetivas de existência de cada indivíduo ou dos agregados, tornou-se perceptível que a mera ajuda económica ou uma sua substituta não era suficiente para inverter as lógicas de afastamento da sociedade que pautavam a sua vida. Assim sendo, e também por imposição de um conceito mais abrangente de pobreza e de um conceito multidimensional de exclusão social, estas questões passaram a ser percepcionadas como problema social, ou seja, passou a ver-se como um problema da sociedade, e não do indivíduo, que coloca as pessoas numa situação de vivência desumana e indigna e ainda que teria que haver mecanismos estatais para intervir contra os mecanismos que colocam barreiras para as pessoas saírem desta condição (Pogge *apud* por Diogo *et al.*, 2015, *Org.*). Por tudo isto, o Estado é chamado a intervir e a pensar em políticas que mitiguem os crescentes fenómenos, dando origem às políticas de inserção.

É neste sentido que surge a criação da medida de política do Rendimento Social de Inserção, medida central da reflexão que se pretende apresentar neste estudo, que se inclui no que, em 1994, Giddens (Albuquerque *et al.*, 2013) designava por política “generativa”, ou seja, uma política que toma como princípio a importância de gerar resultados partindo da capacidade do ser humano aproveitar os seus pontos fortes e ultrapassar os seus pontos fracos.

Aquando da redação da sua Constituição em 1976, Portugal era uma democracia recente, sendo um país maioritariamente rural, pouco escolarizado, com um atraso no desenvolvimento de actividades económicas do terceiro sector. Integra a Comunidade Europeia em 1986, ficando sujeito à legislação comunitária por esta estipulada. Portugal não tinha ainda condições para se assumir como um Estado-Providência e as suas intervenções no âmbito da protecção social eram, sobretudo, de carácter assistencialista.

Dado o contexto, foi necessário procurar soluções alternativas que efectivamente permitiam implementar Políticas Sociais para mitigar a pobreza e exclusão social existentes. Em 1996 aprova-se com a Lei nº 19-A/96, de 29 de Junho, a criação do Rendimento Mínimo Garantido. Considerada como política redistributiva incluída nas políticas sociais ativas. Na sua conceção, o Rendimento Mínimo Garantido desdobra-se em duas partes complementares: a prestação de regime não contributivo de segurança social (pois não obriga à anterior

contribuição do cidadão para a Segurança Social); e o programa de inserção social onde o indivíduo deve manifestar a sua vontade em aderir à sociedade (Astier, 2006).

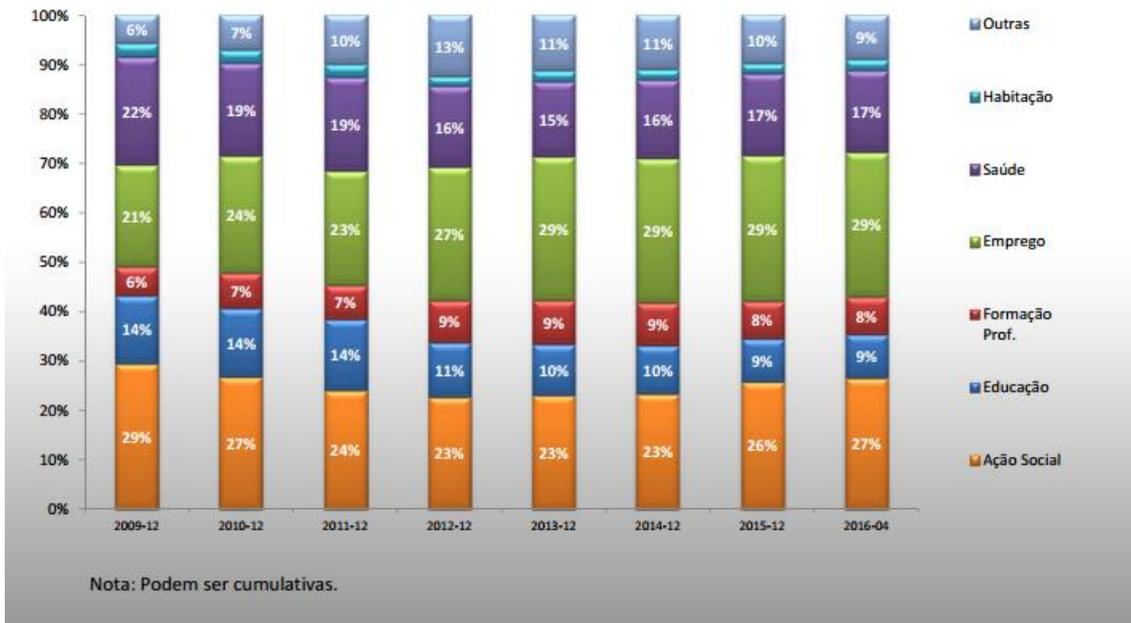
Após 20 anos desde o início da concretização da medida, é possível constatar que esta teve resultados positivos sobre a redução da severidade e intensidade da pobreza, no entanto, não teve o impacto necessário. Esta situação pode estar relacionada com o facto de a medida tentar contribuir para a igualdade quando deveria atentar à equidade, ou seja, não se pretende apenas garantir o igual acesso a oportunidades mas sim garantir o acesso a oportunidades desiguais, permitindo aos indivíduos uma reposição do seu lugar na sociedade (Branco, 2001), algo que só poderá ser providenciado se se considerar a subjetividade das situações dos indivíduos integrados na medida.

No âmbito do Rendimento Mínimo Garantido é importante não esquecer o fator diferenciador do mero assistencialismo, garantido pela contemplação dos contratos de inserção, contribuindo para o que Astier (2007) designa como direito à inserção, "... instaurando uma reciprocidade de obrigações entre a sociedade e o indivíduo" (Branco, 2001, p.6).

Como forma de avaliar o impacto da medida, após 20 anos de implementação, foi elaborado um relatório onde constam as áreas que dizem respeito às ações que ficaram por cessar desde o surgimento da medida até 2016 (figura 1.1). Destacam-se as ações de emprego, sempre situadas entre os 20% e os 30%, indicativas de que um dos grandes desafios na inserção dos beneficiários da medida é a integração profissional como via de autonomização. Com alguma expressão aparecem também ações focadas em questões de ação social a variar entre os mesmos valores. Ações associadas a questões de Saúde ou Educação parecem ter ainda algum relevo, sendo que as de saúde foram progressivamente reduzindo a sua importância, possivelmente associadas à obtenção de outros tipos de apoios como o Complemento Solidário para Idosos (CSI), pensões ou outro tipo de complementos.

Em suma, pela observação da figura 1.1. é possível concluir que desde a criação do R.S.I. as áreas das ações têm-se mantido com uma expressividade semelhante,

Figura 1.1. Evolução das ações não cessadas por área de inserção no total das ações não cessadas em dezembro de cada ano e em abril de 2016 (continente).



Fonte: Apresentação “Rendimento mínimo em Portugal: Retratos de 20 anos a desafiar práticas e (pre)conceitos|1996-2016”, Gabinete de Estratégia e Planeamento, 2016

De acordo com o Boletim de Inserção do R.S.I. (2010), o plano de inserção deve ser preparado simultaneamente pelo profissional e pelo requerente da medida. Mais ainda, destaca-se que o requerente “Tem o direito de participar, dando a sua opinião sobre o que pensa que precisaria fazer para melhorar a sua vida e a tirar dúvidas sobre as possibilidades de apoio que existem.”. De acordo com o estudo de Castro e Guerra (2010, *Coord.*) realizado nas instituições da Santa Casa da Misericórdia, as ações consideradas inclusivas no contrato de inserção, como sejam as da área de formação e emprego, no sentido de contribuir para a emancipação das pessoas, podem na realidade criar uma “falsa” noção de emancipação. Estas podem antes, segundo afirmam os autores, assumir-se como mecanismos de controlo sobre a vida dos beneficiários. Neste sentido, é importante compreender de que forma é que, efetivamente, as medidas contidas no plano espelham o objetivo de emancipação e autonomização que se pretende alcançar com as políticas sociais ativas, ou se é necessário repensar sobre a qualidade da própria medida.

A não aceitação das medidas contidas no contrato de inserção implica o não acesso à medida, ou seja, não só ao trabalho associado à materialização das ações estipuladas no plano mas também à prestação pecuniária.

Em 2003 o Rendimento Mínimo Garantido é alterado na sua designação para Rendimento Social de Inserção, no entanto, mantém-se a génese da medida, estando esta alteração sobretudo associada ao estigma associado à mesma, por se considerar que o conceito inicial era redutor em relação ao propósito da medida. Ou seja, defini-lo como garantido poderia suscitar a ideia de que seria apenas um direito sem deveres associados e sem o fim último da inserção, que a nova definição vem trazer. É importante não esquecer que, apesar desta medida tentar dar resposta a problemas sociais (pobreza e exclusão social), ela também trata de problemas individuais, vividos em primeira mão pelos indivíduos que os enfrentam, sendo necessário dar uma resposta também individualizada.

Estando a parte pecuniária da medida consolidada, é necessário focar as atenções no contrato de inserção, fator diferenciador de outras medidas de carácter passivo. Alfredo Bruto da Costa cita Sen (Diogo *et al.*, 2015, *Org.*) dizendo que o processo de saída de situações de pobreza é, geralmente, um processo que implica (re)qualificação e/ou (re)capacitação, ou seja, tem de ultrapassar a mera questão pecuniária. No caso do R.S.I. destaca-se uma estreita relação entre a vertente económica e a participação social, instituindo o que Branco (2001) define como nova relação direito-obrigação.

CAPÍTULO 2 – PROCESSOS DE PARTICIPAÇÃO

No trabalho social, a relação entre profissional e indivíduo estabelece-se ao longo do processo de acompanhamento social, onde no decorrer dos diálogos se vai construindo o significado das ações, confirmando a sua aceitação e como tal o reconhecimento social do seu autor (Soulet, 2006). No âmbito desta relação, discutem-se papéis, lugares de poder, e é nestas interações que se vai moldando a participação como exercício de cidadania.

As questões da participação são centrais no estudo que aqui se apresenta, sendo este capítulo dedicado às reflexões associadas ao tema. No prefácio da obra de Amaro (2015), Marc-Henri Soulet refere que existe atualmente um novo modelo de integração social que apela à participação, e não mais à mera conformidade com o estabelecido, que define o processo de socialização nos mesmos moldes, com um destaque evidente ao papel voluntário do indivíduo como responsável e autónomo por este mesmo processo (socialização individualizada). O indivíduo forma-se como indivíduo porque trabalha nesse sentido, e não por algo no exterior que o influencia nesse sentido. Neste cenário, o autor refere que o desvio traduz-se como uma incapacidade de participar o que por sua vez infere problemas ao nível da socialização.

Para Vieira (2015) a participação organiza as condições para o exercício da cidadania, “... baseada na redistribuição, reconhecimento e restituição” (p.12) e é a capacidade dos indivíduos se integrarem ou não na vida colectiva e na tomada de decisões, processo aprendido a par do desenvolvimento de uma relação em que se negocia a distribuição do poder entre o indivíduo e o profissional.

Nas mais diversas entidades o indivíduo é visto como cliente de um serviço, como estrangeiro, porque exterior ao serviço e/ou entidade, como objecto da intervenção, pois a resposta/serviço está-lhe a ser fornecida mas também como cidadão de direitos universais, que por vezes não se coadunam com as regras institucionais ou as políticas sociais em vigor (Vieira, 2015).

1. AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE E DESENVOLVIMENTO DA RELAÇÃO

Ter em consideração a necessidade do indivíduo se afirmar no processo de definição do seu plano de vida futuro é dar relevância à sua singularidade. Neste sentido, alguns autores destacam a importância do nome atribuído ao indivíduo com o qual se trabalha. Uns designam-no por beneficiário, outros por utente, mas estudos atuais destacam o reconhecimento do conceito de Pessoa como essencial, por reconhecer a existência de

alguém, não só com direitos mas sobretudo com capacidades para exercer esses direitos e construir o seu percurso de inserção (Ion, Laval & Ravon, 2007 *apud* Santos *et al.* 2013, p.77). Neste sentido, Santos *et al.* (2013) concluem que o profissional confronta-se não só com a necessidade de potenciar as capacidades da Pessoa mas também de garantir que o exercício destas capacidades contribui efetivamente para a sua inclusão evitando afastamentos que podem ditar a sua “morte social”.

Soulet (2006) considera que a ação da Pessoa surge num contexto de grande inquietude na sua vida e que a ação no sentido transformador deveria ser impossível, mas a capacidade de reestruturação e adaptação às condições existentes contribui precisamente para potenciar a mesma. Para isso, defende que devem ser ultrapassados alguns obstáculos: na inquietude é preciso o indivíduo encontrar o sentido da ação; aproveitar ao máximo os poucos recursos que tem à sua disposição, contribuindo para que estes sustentem esta capacidade de agir; sustentar uma relação de confiança que possa contribuir para a capacidade de agir se desenvolver de forma sustentável e orientada para o alcance dos resultados pretendidos; e procurar nessa ação afirmar-se como ator, tentando ser reconhecido como tal.

Caminhando para assumir a singularidade e autonomia do indivíduo importa destacar um estudo realizado por Duvoux (2008 *apud* Castro e Guerra, 2010, *Coord.*, p.34) em relação à medida de política francesa do Revenu Minimum d’Insértion onde este conclui que a relação dos indivíduos com as instituições pode ser caracterizada de três formas. O indivíduo pode negociar o seu estatuto de assistido, pode ver a sua autonomia como uma obrigação e um constrangimento ou pode fazer a prova da sua autonomia. Neste último ideal-tipo os indivíduos assumem-se não como assistidos ou vistos como obrigados a fazer algo que não querem, como nos outros dois ideais-tipos, mas sim como pessoas autónomas que querem escapar ao estigma associado a quem beneficia da medida. Neste caso, preferem mostrar-se como cidadãos ativos, implicados no seu processo de inserção, como forma de escaparem ao estigma de assistido, pelo que valorizam ações como a integração profissional, que permitam a inserção social.

Focando o olhar nas forças e recursos que o indivíduo possui para atingir os seus objetivos, Oliveira (2016) apresenta a teoria das forças que permite olhar para as pessoas, sua situação e contexto orientando a intervenção para as competências, recursos, capacidades. A teoria das forças vem reforçar de uma forma interligada o que os autores citados nesta tese referem ser fundamental para gerar a mudança na vida do indivíduo. Consideram-se existir cinco características da teoria das forças: normativa – os profissionais devem orientar as suas ações tendo por base a visão do indivíduo; humanista – reconhece que o indivíduo é um ser

humano com potencial de crescimento; relacional – a relação entre o profissional e o indivíduo é fundamental para sustentar a intervenção; construcionista – a construção da realidade depende das interpretações conjuntas de profissional e indivíduo; e socialmente justa – compreende que é pelo reconhecimento e reforço do potencial do indivíduo que se afirma uma sociedade democrática e justa, com igual distribuição de poder.

O momento de redação do contrato de inserção inscreve-se numa lógica de avaliação dos problemas existentes, das necessidades emergentes, e pretende traduzir o caminho a seguir para colmatar os pontos fracos pela valorização dos pontos fortes existentes, chegando a um ponto de equilíbrio. Mais uma vez utilizando os contributos teóricos da teoria das forças (Oliveira, 2016), no momento inicial de relação entre profissional e indivíduo é fundamental que o segundo conte a sua história de vida e que o primeiro escute ativamente sendo este o ponto de partida do estabelecimento da relação entre ambos. A escuta ativa, a disponibilidade para dar espaço ao indivíduo e aceitá-lo, faz com que este aprenda a aceitar-se, a aceitar a sua história e possa partir desse ponto para perspetivar um futuro para a sua vida. No decorrer da avaliação das forças do indivíduo deve-se ter em consideração seis orientações: esta deve ser detalhada, exaustiva; não é estanque, sendo um processo contínuo passível de ser actualizado constantemente à medida que surgem novas informações; deve ser conduzida como resultado de um diálogo; neste diálogo deve ser mantida a linguagem utilizada pelo indivíduo pois esta é que manifesta a perspectiva deste em relação às suas forças; esta avaliação deve evoluir ao ritmo do indivíduo; e deve preferencialmente ocorrer no meio do indivíduo e não no meio institucional pois valoriza-se não só o indivíduo mas também o seu ambiente (Rapp e Goscha, 2006:107-112 *apud* Oliveira 2016, p.89).

Na sua reflexão sobre os processos de avaliação, Sousa e D’Almeida (2016) referem a importância do envolvimento do indivíduo em conjunto com o profissional, numa relação de troca. Veja-se que a mera participação do profissional neste processo resultaria da visão unilateral da situação, da interpretação que este fizesse da história do indivíduo. Claro que o inverso resultaria também numa visão unilateral, neste caso por parte do indivíduo mas, ao contrário do profissional, orientador no processo de construção do plano, o indivíduo é aquele que terá que o cumprir e senti-lo como seu. Aqui o profissional tem como principal desafio dar conta das idiosincrasias do indivíduo, sendo que elas próprias são enriquecedoras para a construção do seu saber técnico e científico (Vieira, 2015).

Para Diogo *et al.* (2015, *Org.*) “... os pobres geralmente sabem o que lhes falta e são capazes de o exprimir, se as barreiras que os impedem de se fazer ouvir de forma alargada forem removidas.” (p.57). Uma ação profissional mais tipificada de acordo com

inflexibilidades institucionais pode contribuir para o erguer destas barreiras, comprometer a relação profissional-beneficiário e perder-se a tentativa de proximidade que se pretende que se desenvolva à medida do acompanhamento social. Outro obstáculo à relação e por inerência à participação é a diferença de culturas entre indivíduos e organizações, ou seja, os indivíduos para participarem na vida quotidiana não precisam de conhecimentos específicos mas para participarem na vida organizacional confrontam-se com uma cultura académica que não dominam e que lhes causa inibição, não potenciando a sua capacidade de intervenção (Lima, 1983 *apud* Vieira, 2015, p. 132)

O facto de os indivíduos procurarem apoio por parte das instituições e dos profissionais que nelas exercem a sua atividade quando se sentem incapazes de lidar com alguma situação não quer dizer que sejam efetivamente inaptos para lidar com a mesma, pode querer apenas dizer que não encontram no momento o caminho certo para o fazerem, necessitando de orientação. Deste modo, é compreensível que o indivíduo não se sinta confortável por partilhar a sua história e ver a decisão final ser tomada por um profissional que tem uma visão parcial da situação. O profissional pode sempre dar os seus contributos na construção da realidade, ressaltando aspetos que possam escapar ao indivíduo, mas o indivíduo compreende coisas sobre si que o profissional não apreenderá ou entenderá, pelo que reconhecer que ele tem forças e capacidades para resolver os seus problemas é reconhecer o seu papel ativo na avaliação das circunstâncias e na potencialidade das ações futuras para alterar a situação presente.

Nesta lógica, é imprescindível fazer uma distinção entre o “fazer parte de” ou o “tomar parte em”, este último num sentido mais inclusivo (Cabral, 2018). De facto a visão sobre o papel que a pessoa represente no âmbito de uma relação está também associado à forma como é procurada a sua inclusão na resolução de problemas, como parte efetiva de um coletivo e não como alguém com um papel passivo.

No modelo em que existe uma relação de troca entre o indivíduo e o profissional, este último não impõe o seu quadro teórico ou as suas referências mas antes está presente como orientador e suporte do indivíduo, assumindo-se como parte de um processo de negociação, e não como superior numa qualquer relação hierárquica, de poder, que se pudesse desenvolver. Vieira (2015) defende que nesta relação indivíduo-profissional há negociação entre “direitos atribuídos e direitos reclamados, poderes reconhecidos e poderes reivindicativos, na construção de uma cidadania libertadora e emancipatória.” (p.13), no sentido de aumentar o seu poder de pressão, reivindicação e negociação junto dos centros de decisão. Os profissionais podem não se aperceber da influência que têm sobre a interpretação das

situações, pelo que o ideal é a negociação entre profissionais e indivíduos para que a construção da história seja uma (Myllner and O’Byrne, 2009 *apud* Sousa, D’Almeida 2015, p.63). Para Wenger (2002 *apud* Vieira, 2015, p.124) participar implica a construção de uma “identidade de participação” que surge no decorrer da relação profissional-indivíduo e como consequência de processos de negociação que têm um potencial transformador.

2. EMPOWERMENT

É no domínio da relação que contribui para a evolução dos processos de participação que surge o conceito de empowerment, traduzido literalmente como empoderamento, definindo a ação de dar poder a alguém. Astier (2007) destaca que o empowerment permite que o indivíduo se assuma como pessoa, como já vimos anteriormente, e a pessoa só se define como tal pois é um ser de relação.

Começando apenas por centrar o olhar no conceito de poder, Bachrach e Baratz (1970) referem que este aponta para a existência de uma relação que emerge de um conflito de interesses ou valores, onde uma das partes pode ameaçar a outra com algum tipo de consequência. Efetivamente, e em termos do Rendimento Social de Inserção, não existe consequência direta da não participação na definição das ações do plano de inserção mas existe sim uma penalização para a recusa da assinatura do referido contrato – a não obtenção do apoio pecuniário.

Adams (2008) refere que o conceito de empowerment não pode ser definido de forma simples e que deveria ser redefinido e reconstruído constantemente não só pelos profissionais mas também pelos sujeitos que estão em posições de vulnerabilidade e pretendem ganhar maior poder de decisão. Mesmo sem simplicidades, define-o como “a capacidade dos indivíduos, grupos e/ou comunidades assumirem controlo das suas circunstâncias, exercitarem poder e atingirem os seus objetivos, e o processo pelo qual, individualmente e colectivamente, eles são capazes de se ajudarem a si e a outros a maximizar a qualidade das suas vidas” (p.17). Explica que, por vezes, os profissionais não potenciam o empowerment quando deveriam ser os principais criadores das condições para que esta capacidade se desenvolvesse. Apesar do estudo não se centrar no papel dos profissionais, ao se querer avaliar o nível de participação dos beneficiários do R.S.I. na construção dos seus planos de inserção, não é possível deixar de parte que o profissional tem um papel fundamental na mediação deste processo, por isso, é aqui também potenciador ou não do empowerment da pessoa, no decorrer da relação estabelecida que se abordou no ponto anterior. Pretende-se que a ação do profissional possa ser transformadora e emancipatória para o indivíduo, até porque a

mediação de que falámos ocorre entre um indivíduo que se quer empoderar (na visão do profissional) e uma sociedade que, pelas suas estruturas, o limita nesse papel (Vieira, 2015). O que acontece nas instituições é a obediência a intervenções tipificadas, por vezes motivadas pela informatização do processo do contrato de inserção em ações abrangentes, que não valorizam a especificidade do indivíduo, transformando a ação do profissional em algo formatado e pouco flexível ao que vai surgindo no decorrer da relação constituída com o indivíduo (Oliveira, 2016).

A questão do empowerment baseia-se, segundo Ninacs (2008), não só em potenciar capacidades existentes mas também no processo de aquisição/aprendizagem de capacidades de agir. Na visão deste autor, existem quatro componentes para contribuir para o empowerment individual: a participação, as competências, a auto-estima e a consciência crítica. Estas reforçam-se mutuamente para aumentar as possibilidades de desenvolvimento do poder de agir numa determinada situação. Para o autor, uma prática que tem por base a ideia de empowerment é constituída por cinco elementos: parceria entre profissionais e indivíduos; intervenção partindo dos recursos e potencialidades do indivíduo; uma intervenção centrada no indivíduo e no ambiente; a criação de oportunidades efectivas de participação dos indivíduos; e uma orientação do profissional para os grupos/indivíduos mais vulneráveis (Oliveira, 2016).

Branco e Amaro (2011) abordam a multiplicidade de interpretações que o profissional dá ao empowerment, que para uns se limita a informar, para outros se centra em permitir o acesso à educação e formação e para outros transcende tudo isso e traduz uma implicância real em capacitar o indivíduo para o exercício de uma cidadania plena. Vieira (2015) retoma esta ideia considerando que é através da intervenção social que o profissional é capaz de tornar o indivíduo em sujeito de ação, considerando que as suas competências e características são fundamentais para resolver a sua situação, mais uma vez reforçando a questão relacional.

Sobretudo esta visão última de capacitação permite compreender porque é que os cidadãos beneficiários de R.S.I., desmunidos pelo menos de um recurso fundamental para participar na vida em sociedade, o económico, se podem sentir limitados neste acesso ao exercício da cidadania plena e porque é que a partilha de saberes, conhecimentos, tarefas contribui para alcançar os objetivos traçados no plano de ação/inserção (Vieira, 2015).

É com base nos conceitos assinalados que se pretende avançar com o estudo central da dissertação. Privilegia-se a visão do utente, em detrimento da do profissional. O que interessa é, enquadrando a situação de vulnerabilidade dos sujeitos, com base nos conceitos de pobreza

e exclusão social, perceber o seu nível de participação nos processos de tomada de decisão dos seus planos de vida futuros, materializados no contrato de inserção.

CAPÍTULO 3 – ABORDAGEM METODOLÓGICA

De acordo com o que já foi previamente apresentado como a questão central de investigação e ainda o enquadramento teórico que lhe é dado, surge a necessidade de construir a abordagem metodológica para responder à questão de partida.

Segundo Quivy e Campenhoudt (1992) para se conduzir uma investigação científica é essencial primeiro romper com o senso comum, posteriormente construir a problemática teórica e o modelo de análise e, por fim, passar à verificação através da recolha e tratamento dos dados empíricos. Com a revisão de literatura é possível conseguir esta rutura pretendida e construir a problemática teórica já referenciada no ponto anterior.

A problematização da questão central de investigação que se propõe fazer é indutiva, pois partiu do observado em contexto laboral para ser posteriormente definido enquanto objecto de estudo, considerado nas suas teorias e conceitos de base, seleccionando-se a metodologia mais adequada para se proceder com a mesma.

1. PARTICIPANTES

Os participantes que foram entrevistados no âmbito do presente estudo foram seleccionados a partir de uma amostragem não-aleatória, por conveniência. Os entrevistados foram identificados pelas organizações que facilitaram também o contacto com estes.

Sendo um estudo exploratório, não importou definir um número limite de indivíduos para participar no mesmo, visto que o importante era a recolha de dados até se atingir o ponto de saturação da amostra, ou seja, quando a recolha de dados já não adicionou novos elementos ao que previamente foi já recolhido.

No total entrevistaram-se 23 pessoas, sendo que estas formavam 20 agregados de R.S.I. De destacar que foram entrevistadas 15 pessoas individuais e 4 casais, sendo que num dos casais entrevistados cada um dos elementos do casal tinha um processo de R.S.I. independente.

Das 23 pessoas entrevistadas, 16 são do género feminino e 7 do género masculino. A média de idades dos entrevistados é de 44 anos, sendo que a pessoa mais nova a ser entrevistada tem 20 anos e a mais velha, 65 anos. No geral as pessoas que constituem a amostra têm o 3º ciclo concluído (8), seguidas imediatamente por uma maioria de pessoas apenas com o 1º ciclo concluído (7). É importante ainda destacar que na amostra encontram-se 2 pessoas sem qualquer qualificação.

Outro dado relevante que foi questionado aos entrevistados aparece associado ao número de anos que a pessoa beneficia do R.S.I. Verifica-se uma prolongada permanência na medida do R.S.I., diretamente relacionada com a dependência da mesma. Assim, encontramos apenas um caso que beneficia da medida há menos de 1 ano, sendo que a média de permanência na medida é de cerca de 8 anos. De destacar ainda que dois dos entrevistados encontram-se suspensos da medida mas ainda abrangidos pelas ações do contrato de inserção. A da suspensão está ligada com o início de atividade laboral que, pelas regras do R.S.I. ainda implica um acompanhamento de proximidade nos 6 meses iniciais.

2. PROCEDIMENTO

Para a recolha de dados foram inicialmente selecionadas duas instituições de protocolo de R.S.I., uma no distrito do Porto e outra no distrito de Lisboa. O contacto inicial com ambas as instituições foi realizado telefonicamente para aferir interesse em participar no estudo e disponibilidade, tendo ambas acedido. Procedeu-se à formalização do pedido via email, tendo-se obtido apenas uma resposta positiva pois, devido a um imprevisto com a instituição do distrito de Lisboa não foi possível efetivar o trabalho de terreno nesse território. Deste modo, seguiu-se o mesmo procedimento para se contactar outra instituição do distrito do Porto que devolveu uma resposta positiva.

Apresentou-se o estudo, o seu âmbito e os seus objetivos às pessoas entrevistadas. Seguiu-se o pedido de assinatura de uma declaração de consentimento informado. As entrevistas foram realizadas nas instalações das instituições, em data e horário definidos pelos profissionais da instituição em conjunto com os participantes.

A recolha de dados decorreu durante 4 dias nestas duas instituições. Numa das instituições as entrevistas foram diretamente articuladas com as técnicas, pelo que todas as 10 entrevistas decorridas nessa instituição foram com pessoas que tinham atendimentos com os profissionais nos dias da recolha e aceitaram participar no estudo. Na outra instituição, as 9 entrevistas foram agendadas já para a realização do estudo. A amostra resultante é não-probabilística, não sendo possível extrapolar resultados para a população em geral.

3. TÉCNICAS

Seguindo a lógica metodológica até então definida, o estudo ganha profundidade sendo qualitativo e de análise intensiva. A riqueza da informação recolhida será maior privilegiando este tipo de estudo e as técnicas que a este estão associadas. No caso desta investigação privilegiou-se a análise documental e na realização de entrevistas.

Especificamente, a análise documental destinou-se unicamente à consulta e análise dos planos de inserção assinados pelos beneficiários da medida e pelos profissionais que fazem o acompanhamento da mesma. Esta destinou-se apenas a permitir a comparabilidade que se pretendia fazer entre os dados que se recolhem na entrevista no que às ações do plano de inserção dizem respeito e ainda as ações que realmente foram contempladas no plano de inserção anexo à medida.

Em relação às entrevistas a desenvolver, estas foram semi-estruturadas, permitindo assim a recolha de dados de natureza qualitativa. Deste modo, recorreu-se a um guião¹ com questões orientadoras o que tornou mais fácil aceder à interpretação que os sujeitos dão à realidade, permitindo recolher testemunhos das suas perceções em relação aos vários temas abordados na entrevista. Assim sendo, orientou-se a entrevista para os pontos essenciais que se pretende explorar, mantendo-se em vista a pergunta de partida e os objetivos da presente investigação. No entanto, também houve abertura para possíveis assuntos que surgissem no decorrer da entrevista, que não estivessem inicialmente previstos, e que pudessem trazer maior riqueza à investigação (Bryman, 1997).

4. PLANO DE ANÁLISE GLOBAL

O plano de análise foi delineado em função do tipo de estudo desenvolvido, neste caso, qualitativo. As entrevistas foram todas gravadas, tendo uma duração média de 20 minutos, e posteriormente transcritas. Recorreu-se ao software MAXQDA 2018 para a criação de códigos (Figura 3.1.) que permitissem a análise da informação obtida. O software permitiu não só codificar² os diversos temas presentes na entrevista, ilustrados através de instrumentos como o presente na Figura 3.2., mas também a relação entre códigos de forma a perceber-se o impacto das interligações entre temas abordados.

¹ Ver Guião de Entrevista no ANEXO A

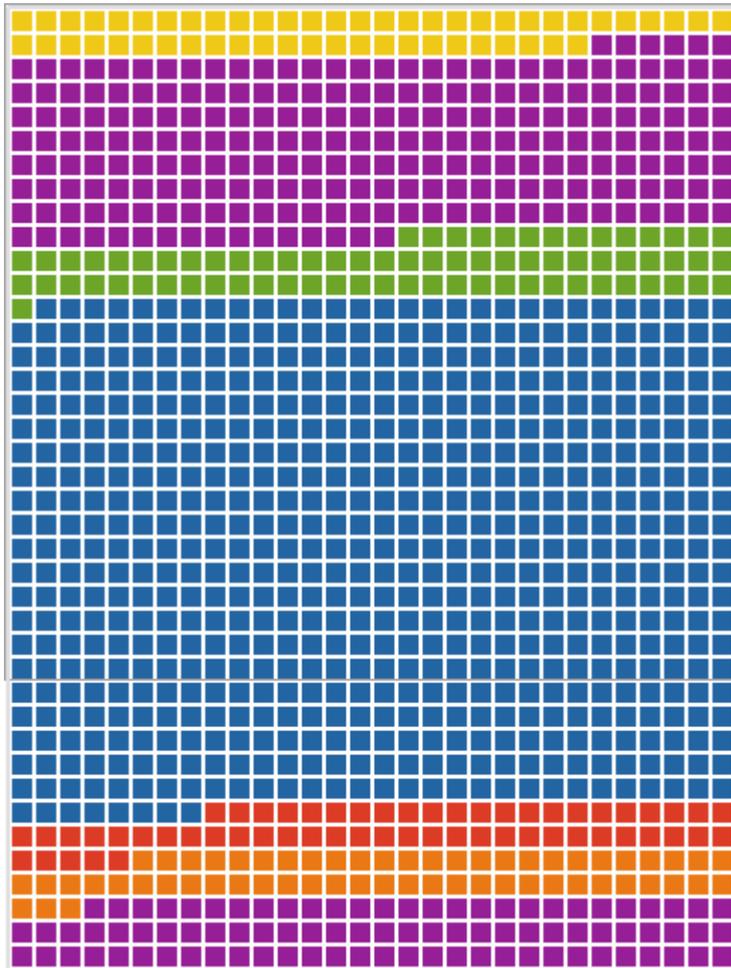
² Para um exemplo de codificação ver ANEXO B

Figura 3.1. Códigos criados com base nas entrevistas realizadas

| Color | Parent code | Code |
|-------|------------------------|--|
| ● | | RSI |
| ● | RSI | Opinião sobre entidades envolvidas (IEFP, etc) |
| ● | Propostas de melhoria | Inversão de papéis |
| ● | Razão do pedido de RSI | Prisão |
| ● | Como sair do RSI | Ganhar dinheiro |
| ● | | Razão do pedido de RSI |
| ● | RSI | O processo |
| ● | Propostas de melhoria | Aumento de incentivos |
| ● | Razão do pedido de RSI | Alteração do estado de saúde |
| ● | Como sair do RSI | Formação |
| ● | | Propostas de melhoria |
| ● | RSI | Como descobrir? |
| ● | Propostas de melhoria | Maior fiscalização |
| ● | Razão do pedido de RSI | S/alteração da situação |
| ● | Como sair do RSI | Reforma |
| ● | | Participar no RSI |
| ● | RSI | Contrato de inserção |
| ● | Razão do pedido de RSI | Violência doméstica |
| ● | Propostas de melhoria | Grupos de conversação |
| ● | Como sair do RSI | Saúde |
| ● | | Como sair do RSI |
| ● | Razão do pedido de RSI | Parentalidade |
| ● | Propostas de melhoria | Meios alternativos de acompanhamento/apoio |
| ● | Como sair do RSI | Não sei |
| ● | | Relação com a técnica |
| ● | Razão do pedido de RSI | Desemprego |
| ● | Como sair do RSI | Trabalho |
| ● | Propostas de melhoria | Maior penalização |
| ● | Propostas de melhoria | Integração laboral efetiva |
| ● | Propostas de melhoria | Aumento do valor |
| ● | Propostas de melhoria | Redistribuição |

Fonte: Programa MAXQDA 2018

Figura 3.2 – Exemplo de utilização da ferramenta Document Portrait na Entrevista 1, com base nos códigos presentes na figura 3.1.



Fonte: Programa MAXQDA 2018

Conforme é possível verificar na Figura 3.2., referente à Entrevista 1, o tema mais abordado pela pessoa está diretamente associado à relação com a técnica, pois como se observa, a predominância da cor azul diz respeito a esse código, constante na Figura 3.2.

CAPÍTULO 4 – ANÁLISE INTERPRETATIVA DOS DADOS RECOLHIDOS

1. O MOMENTO DE REQUERER O R.S.I.

Conforme já foi discutido no Capítulo 1, as questões de pobreza e exclusão social, nas suas múltiplas variáveis, estão associadas diretamente com as razões que estão na base da criação da medida do R.S.I. e, por conseguinte, também sustentam os pedidos realizados pelos requerentes.

No grupo entrevistado a principal razão relatada para requerer o R.S.I. é o desemprego, com a consequente perda de rendimentos e de poder de compra, que implica deixar de conseguir pagar as despesas fixas com a habitação (renda, água, luz, gás), a alimentação, entre outras despesas do agregado. Outra razão diretamente associada à previamente enunciada, e também apontada pelas pessoas entrevistadas foram alterações da condição de saúde. Esta situação verificou-se em 4 agregados, o que conduziu ao abandono dos empregos por consequente impossibilidade de trabalhar devido a doença e não ter outros mecanismos à disposição, como recorrer à baixa médica.

“Então, eu tive uma paralisia do lado esquerdo... porque eu tive uma fratura encefálica em criança e há uns anos tive uma paralisia em que eu deixei de conseguir trabalhar. Porque eu tinha trabalho, trabalhava num restaurante, naquela altura. Era casada, tinha casa própria, tinha veículos. Tinha uma vida super estável. Então quando eu tive a paralisia, o meu marido pediu-me o divórcio, fiquei sem o emprego, e fiquei sem possibilidades para nada, completamente. Fiquei sozinha com o meu filho e cheia de dívidas, porque não trabalhando não podia pagar a prestação da casa.”

Entrevista 17, Género Feminino, 42 anos

A amostra do presente estudo é maioritariamente feminina, o que condiz com as características da própria população beneficiária de R.S.I. ao nível nacional. Consultando os Dados Mensais de RSI (2019) é possível verificar-se que cerca de 52% dos beneficiários da medida são mulheres. Esta característica é explicativa de uma das razões apontadas para requerer R.S.I., que é parentalidade, ou seja, o facto de terem ficado grávidas, não existindo qualquer outra alteração na vida das pessoas, foi o motivo que as levou a requerer R.S.I. De facto, algumas das pessoas entrevistadas disseram que esse foi o ponto de rutura, ou porque estavam a estudar e tiveram que interromper os estudos e depois ficaram a tomar conta dos filhos, ou porque afirmam tentar encontrar trabalho mas com um menor a cargo não conseguir, como afirma a seguinte entrevistada:

“Não. Eu tentei encontrar trabalho mas entretanto o meu filhote também era pequenino, então eu não conseguia. Depois, eu fiquei com o rendimento estando a trabalhar porque era part-time mas não me dei muito bem, desisti. Então, quando voltei a este trabalho, de contrato e de tudo, desisti de ter rendimento social porque achava que não precisava.”

Entrevista 10, Género Feminino, 20 anos

Nesta situação em específico a entrevistada já começou a trabalhar mas ainda continua a beneficiar das ações contidas no contrato de inserção durante 6 meses, até cessação da prestação, para monitorização da integração laboral.

Relativamente ao processo de pedido, as pessoas relatam um mesmo percurso, identificando ter recorrido à Segurança Social para entregar documentação e ter depois aguardado pela resposta, nuns casos mais morosa que outra.

É possível acompanhar estes passos que foram seguidos posteriormente pelas pessoas, através dos seus próprios discursos:

“Fui à Segurança Social pôr os papéis. Entretanto fui chamada para uma entrevista e entretanto comecei a receber normalmente todos os meses. (...) Pelos vistos era obrigatório chamarem para entrevista. Foi mais ao menos dizer quantos elementos da família éramos, onde morávamos e tudo. Mais ao menos isso.”

Entrevista 2, Género Feminino, 37 anos

“Basicamente fui à Segurança Social pedir o requerimento. Pus os papéis que eram necessários e depois deram-me uma resposta onde me encaminharam para uma doutora e a partir daí assinei o contrato de inserção.”

Entrevista 7, Género Feminino, 28 anos

“Tive que me inscrever no Centro de Emprego, preencher os papéis, levar os meus papéis, os documentos, meus e do meu filho, e do pai deles. E entreguei tudo. Depois fui chamada a uma técnica na Rua da Alegria, fiz a entrevista, comecei lá a ser acompanhada e, desde aí, depois tive a receber foi... mais ao menos 1 ano.”

Entrevista 8, Género Feminino, 28 anos

No entanto, foram várias as “portas de entrada” para a medida, ou seja, algumas pessoas relatam ter sabido da existência da mesma pela vizinhança ou por entidades públicas como o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) ou os hospitais:

“Portanto, eu tinha a ideia daquilo que ouvia e das pessoas que conheciam o rendimento mínimo. Eu fui

ao IEFP a Gaia... e não sei o que é que estava lá, perguntei a uma doutora qualquer coisa e disse “Mas se o meu marido ficar...” porque já se estava a prever desempregado “ Eu não tenho rendimento nenhum, nem tenho família que me possa ajudar”. E ela disse “Tem o rendimento mínimo”. Na altura era rendimento mínimo. E eu disse “Desculpe? Mas eu não moro num bairro, não sou cigana e não sou de famílias desestruturadas”. E ela disse “Ai meu deus que ideia tão errada”. Diz ela “Nunca foi à Junta?”. Eu disse “Não, nem percebo nada das Juntas”. “Ah, então vou mandá-la. Estou admirada mas vou mandá-la para a Junta, para a doutora e ela vai explicar-lhe de certeza, mas se entretanto precisar de alguma coisa (...) Venha ter comigo e isso”. Aqueles anjos sem asas.”

Entrevista 5, Casal, Elemento do Género Feminino, 52 anos

“É assim, foi no Centro de Emprego, disse-me assim: “Você pode pedir o rendimento social”. Eu disse: “O rendimento social?” “Sim, você tem que preencher uns papéis. Vai à Segurança Social e preenche uns papéis”. E eu cheguei à Segurança Social e pedi e eles disseram “Você tem que preencher estes papéis, mas ainda vai demorar a ser aceite”. Ainda demorou um tempo...”

Entrevista 11, Género Feminino, 45 anos

“Para qualquer coisa que acontecesse. Pouquinho. E ali uns dois aninhos, com a ajuda da minha filha, e com aquele bocadinho, fomos sobrevivendo sem pedir nada. Só que chegou a altura e não havia nenhum e eu não podia dizer à minha filha que não tínhamos nada. E na psiquiatria era quando eu desabafava e chorava muito. Até que acabei por desabafar porquê... e então a assistente social que está no hospital teve uma entrevista connosco e foi ela que, que fez o pedido. E depois mandaram-me vir aqui, que ia ser aqui.”

Entrevista 12, Casal, Elemento Género Feminino, 64 anos

Os discursos acima proferidos permitem ainda compreender algum distanciamento existente entre a realidade dos requerentes e a medida do R.S.I. caracterizada por um desconhecimento dos critérios de acesso à mesma. De facto, e socorrendo-nos dos contributos teóricos de Capucha (2005) em relação aos modos de vida da pobreza, é possível constatar a “transitoriedade” presente nestes relatos. As pessoas manifestam sair de uma situação em que organizavam a sua vida de forma autónoma, para terem que recorrer, por via de desemprego ou enfraquecimento das condições de saúde, a uma prestação social.

Fazendo a comparação dos document portrait’s (exemplo ilustrado na Figura 3.2.) das 19 entrevistas, é possível verificar que as questões associadas ao R.S.I. foram as que ocuparam mais espaço nos discursos das pessoas, quer as questões relacionadas com as perceções sobre a medida aquando do seu requerimento, questões associadas mais ao processo de requerimento e ainda a visão em relação ao contrato de inserção que se analisa no ponto seguinte.

2. AS AÇÕES NO CONTRATO DE INSERÇÃO E AS PERCEÇÕES DAS PESSOAS DA CONDIÇÃO NECESSÁRIA PARA SE AUTONOMIZAREM DA MEDIDA

Como já referido no Capítulo 1, o contrato de inserção é um instrumento do R.S.I. onde estão discriminadas as ações necessárias que vão balizar o trabalho do profissional com a pessoa, ao mesmo tempo que definem aquilo que é prioritário para contribuir para a autonomização das pessoas.

De acordo com as entrevistas realizadas, o contrato de inserção é visto como necessário à renovação da prestação e também como definidor de deveres e direitos das pessoas, sendo que estas recorrentemente destacam a questão do cumprimento de obrigações, ou seja, dos deveres a honrar.

“são as obrigações todas que temos relativamente... daquilo que temos que fazer e o que não podemos fazer. Que não devíamos, não podemos nem devíamos mas às vezes fazemos porque ninguém sabe. Pronto mas tem que ser assim, tem que ser assim porque se não for assim...”

Entrevista 5, Casal, Elemento do Género Masculino, 52 anos

No decorrer dos vários relatos sobre o contrato de inserção como um conjunto de deveres a cumprir, surgem com especial relevância a obrigatoriedade de obedecer às regras impostas pelo IEFP, considerando atentamente as consequências apontadas por recusa de uma oferta de trabalho ou de uma formação:

“As implicações é... Nós estamos inscritos no Centro de Emprego, temos que cumprir umas regras. Se formos chamados para emprego, formação, temos que aceitar. Temos que ter uma procura ativa de emprego. E, prontos...”

Entrevista 2, Género Feminino, 37 anos

“Normalmente é assim. Se uma pessoa recusar, ou alguma falta ali, é logo suspenso. Eles não dão hipótese. Ou justifica, ou então não há hipótese. Eles cortam mesmo.”

Entrevista 1, Género Feminino, 27 anos

Fica perceptível o constrangimento da relação com instituições mais inflexíveis, sendo que já se havia referido no Capítulo 2 a questão do beneficiário ver a sua autonomia como uma obrigação, como parece ser este o caso, para além de ser importante referir que nestes dois discursos ganha um novo relevo a questão da perda de poder perante a imposição de regras externas ao indivíduo, que constroem a sua ação.

Apesar de ser único, houve um discurso onde foi evidente a visão do contrato de

inserção como fonte de direitos, salvaguardando que os apoios que podem ser recebidos no âmbito do R.S.I. não devem ser vistos como garantidos e sem necessidade de responsabilização por parte da pessoa:

“sei porque é assim as pessoas esquecem-se que o contrato de inserção não deviam ver como uma obrigação mas como um direito até. Eu acho que as pessoas vêm mais o contrato de inserção como uma obrigação do como um direito. Nós todos temos direito a ter trabalho, a ter uma casa, a ter uma habitação, a ter não sei quê, não sei que mais só que as pessoas se tiverem a casa, se tiverem o dinheiro no bolso esquecem-se que têm que trabalhar eu acho que é um bocado por aí e o contrato de inserção ajuda-nos de certa forma a capacitar-nos de que temos que procurar, que não é só uma técnica que tem que fazer, que não é só IEFP que tem que fazer, que nos cabe também a nós mover-nos e adaptarmo-nos ao que o mercado nos pede. Eu estudei uma coisa e sou outra agora.”

Entrevista 3, Género Feminino, 40

O contrato de inserção é um instrumento não só ajustável aos elementos que compõem o agregado, mas também às várias alterações que vão ocorrendo na vida dos beneficiários, conforme relato que se segue:

“É assim, neste momento, o primeiro que nós assinamos supostamente, eu teria que ir trabalhar. Mas este segundo já por ordem do médico, já está como eu não posso trabalhar derivado a ter que dar assistência a ele. Tínhamos que fazer a inscrição dos meninos na escola... era mais o quê?... Era fazerem visitas a casa... E era mais o quê?... Não me lembro de mais nada. (...) eu dei a informação, quando o médico me disse isso, eu dei a informação à técnica porque, supostamente, eu também tenho as baixas, para não ser chamada pelo Centro de Emprego.”

Entrevista 14, Casal, Elemento Género Feminino, 33 anos

De forma a aprofundar a análise sobre os contratos de inserção, recolheram-se as perceções das pessoas em relação ao que é importante para se autonomizarem da medida e comparou-se com as ações definidas nos contratos de inserção individuais conforme espelhado no Quadro 4.1.

Tirando um caso em específico, em que a pessoa não conseguiu definir o que seria importante para se autonomizar do R.S.I., todos os restantes conseguiram identificar pelo menos um ponto principal. Os temas gerais foram codificados para as ações dos contratos de inserção, usando-se a mesma codificação para analisar os discursos das pessoas. Como é possível verificar, a área do Emprego foi a mais destacada, seguida pela Saúde, correspondendo igualmente às áreas de maior relevância das ações que estão previstas na

Figura 1.1. Como a composição do agregado não foi uma variável tida em consideração neste estudo, só se destacou apenas um dos temas gerais, ou seja, mesmo que num agregado houvesse duas ações na área da saúde, a área só foi mencionada uma vez.

Pela análise do Quadro 4.1. é ainda importante referir que em 3 casos (entrevistas 9, 12 e 16) nenhuma das ações contratualizadas formalmente corresponde à perceção que a pessoa tem do que é relevante para se autonomizar da medida. Remetendo novamente para os contributos teóricos explanados no Capítulo 2, de facto estas 3 situações são um espelho do que se salientou ser a predominância da visão do profissional ao invés do modelo ideal que defende a negociação de visões entre a perceção das pessoas e a dos profissionais, de forma a chegar-se a um nível de comprometimento que contribua para a melhoria das situações objetivas de existência das pessoas.

Quadro 4.1. – Codificação das ações contratualizadas no contrato de inserção vs. Percepção da pessoa em relação ao que deveria acontecer na sua vida para se autonomizar da medida

| | Contratualizado | Percepção da pessoa |
|----------------------|---|---|
| Entrevista 1 | Acompanhamento Social; Saúde; Emprego; Educação | Emprego |
| Entrevista 2 | Acompanhamento Social; Saúde; Emprego; Educação | Emprego |
| Entrevista 3 | Acompanhamento Social; Saúde; Emprego; Educação | Emprego |
| Entrevista 4 | Acompanhamento Social; Saúde; Emprego; Educação; Habitação | Emprego |
| Entrevista 5 | Acompanhamento Social; Saúde; Emprego | Emprego |
| Entrevista 6 | Acompanhamento Social; Trabalho de Competências Relacionais; Emprego; Educação | Não sei |
| Entrevista 7 | Acompanhamento Social; Saúde; Emprego; Educação | Emprego |
| Entrevista 8 | Acompanhamento Social; Saúde; Emprego; Educação | Emprego |
| Entrevista 9 | Acompanhamento Social; Saúde; Educação | Apoio alternativo |
| Entrevista 10 | Acompanhamento Social; Saúde; Habitação; Emprego; Educação | Emprego |
| Entrevista 11 | Acompanhamento Social; Formação; Saúde | Saúde; Emprego |
| Entrevista 12 | Trabalho de competências relacionais; Saúde | Acesso a outras prestações |
| Entrevista 13 | Apoio no exercício da cidadania; Emprego | Emprego |
| Entrevista 13 | Acompanhamento Social; Formação; Emprego; Educação | Formação; Emprego |
| Entrevista 14 | Acompanhamento e Educação Sócio-Familiar; Saúde; Trabalho de competências Parentais; Educação | Saúde; Emprego |
| Entrevista 15 | Trabalho de competências relacionais; Saúde | Emprego |
| Entrevista 16 | Saúde | Dinheiro; Emprego |
| Entrevista 17 | Acompanhamento Social; Saúde | Saúde; Emprego |
| Entrevista 18 | Acompanhamento Social; Emprego; Formação | Acesso a outras prestações; Emprego; Dinheiro |
| Entrevista 19 | Acompanhamento Social; Emprego; Formação | Emprego |

Fonte: Elaboração própria através da análise documental dos contratos de inserção e dos testemunhos das entrevistas

3. A PERCEÇÃO DOS PROCESSOS PARTICIPATIVOS NO ÂMBITO DO R.S.I.

Ao longo do Capítulo 2 foi-se chamando a atenção para a importância da participação das pessoas no âmbito do R.S.I. como forma de terem, não só um papel ativo na medida, mas também sobre as decisões a tomar para melhorar a sua vida.

Quando entrevistadas sobre as questões da participação no processo de R.S.I. as pessoas focaram sobretudo a sua capacidade em responderem positivamente às convocatórias, aos pedidos dos profissionais de acompanhamento e sobretudo de instituições como o IEFP. Isto coaduna-se com a imagem que ficou espelhada no início do ponto anterior quando se destacou os inúmeros relatos que destacam o contrato de inserção como uma afirmação de deveres das pessoas para continuarem a usufruir da medida do R.S.I. Esta visão redutora do instrumento influencia a forma como as próprias pessoas manifestam a sua vontade depois na medida, referindo:

“Tem que ver com... é o sistema não vale a pena. É o sistema porque por muito que as técnicas muita das vezes queiram fazer alguma coisa o sistema também não as deixa a elas... e a mim deixa-me um bocado chateada isso porque quer dizer é muito limitativo é extremamente limitado.”

Entrevista 3, Género Feminino, 40 anos

“Tenho participado em tudo, basicamente. Nunca falto a nada do que me chamam. Tudo o que pedem, até mesmo para vir aqui, ou ir a outro lado qualquer, cartas que receba, apareço a tudo, não falho a nada.”

Entrevista 7, Género Feminino, 28 anos

“É assim, sempre que nos é pedido alguma coisa, nós colaboramos, por isso...”

Entrevista 14, Casal, Elemento Género Feminino, 33 anos

No entanto, quando confrontadas com um caso prático em que o profissional de acompanhamento social utiliza as informações dadas pela pessoa e depois toma uma decisão de forma isolada, sem consultar a própria³, as pessoas já manifestam desconforto com a situação, defendendo a importância da tomada de decisão em conjunto e da necessidade de negociação entre profissional e pessoa:

³ “Falando por mim próprio, eu detestaria estar na fase final de uma avaliação na qual o meu assistente social me faria um conjunto de questões acerca dos meus problemas e depois pegasse nessa informação e tomasse uma decisão por si próprio sobre quais seriam as minhas necessidades.” (Becket, 2010, Ee Paula Sousa e José Luís D’Almeida (2016: 64)

“Eu acho que tem que ser em conjunto. Porque uma técnica está desse lado, pode ouvir os nossos problemas mas nós é que sabemos mesmo quais são os nossos problemas. Eu acho que as técnicas têm que nos tentar ajudar. Não acho que tenham que resolver por nós. Têm que tentar ajudar. Ser um género de uma equipa. Ouvir as nossas opiniões e elas darem as opiniões ou os serviços que podem haver.”

Entrevista 2, Género Feminino, 37 anos

“Porque não se deve fazer. Porque eu acho que se eu tenho alguma coisa tipo... eu faço alguma coisa derivado a você. Primeiro tenho que perguntar, pedir opiniões, se aceita, se não aceita... agora fazer as coisas por trás, não.”

Entrevista 4, Género Feminino, 22 anos

“Isso por um lado poderia ser bom, por outro podia ser mau por a pessoa não fazer nada dos problemas que tem. De ser outra pessoa a resolvê-los. Por um lado achava bom e por outro achava mal porque nós temos que resolver os nossos problemas por muito que às vezes a gente não consiga e tenha alguém que nos ajude. Não pode ser a pessoa que nos tem que ajudar em todos os problemas”

Entrevista 10, Género Feminino, 20 anos

“Porque é assim, eu por exemplo falo por mim, eu não gosto que as pessoas decidam as minhas coisas, as coisas que têm a ver, a relação comigo.”

Entrevista 14, Casal, Elemento Género Feminino, 33 anos

Julgo importante apenas ressaltar que alguns dos testemunhos que definem a sua participação no âmbito do cumprimento e resposta a chamadas às instituições, são também os que, perante o caso prático, vêm demonstrar a sua indignação pela unilateralidade da relação, quando o profissional toma as rédeas da mesma.

No seguimento da ideia desenvolvida no Capítulo 2, em que se destacava a importância da relação entre as pessoas que beneficiam da medida de R.S.I. e os profissionais de acompanhamento, as pessoas manifestam confiar nestes profissionais:

“Não vejo as coisas assim. Está a ver não vejo as coisas assim, eu percebi a ideia, mas não vejo as coisas assim porque quando a técnica nos pergunta quais são as nossas necessidades nós temos todo o à vontade de dizer quais elas são certo? aí temos o nosso poder de argumentar. Quando a técnica vê quais são as nossas necessidades e estuda o caso ela está a ler aquilo que eu disse ela vai tomar a decisão sobre aquilo que eu disse.”

Entrevista 3, Género Feminino, 40 anos

Não só confiam nos profissionais, como a relação de acompanhamento é descrita de uma forma bastante positiva, seguindo a lógica destacada por Branco (2008) de intervenção

individualizada com os utentes. Já se havia destacado no Capítulo 2 a importância da relação entre o profissional e a pessoa beneficiária de R.S.I. e os discursos assim o comprovam.

Destacam-se duas situações em que a relação estabelecida no passado com um profissional foi negativa, estando associada num dos casos à cessação da prestação e no outro a um pedido de mudança de profissional de acompanhamento, ambas provocadas por questões em que as pessoas se viram sem poder de refutar as vontades dos técnicos, evidenciando-se a verticalidade da relação profissional-pessoa.

Ainda comparativamente aos casos em que as pessoas descrevem a sua relação com o IEPF de uma forma rígida, distante e até regida pelo medo de ficarem sem a prestação social, a relação com os profissionais de acompanhamento social é descrita de uma forma horizontal, considerando-se que os profissionais têm os conhecimentos necessários para orientar as pessoas nas suas escolhas de vida, mas também que estes são extremamente humanistas na forma de tratamento, fazendo com que a pessoa se sinta confortável e à vontade para estabelecer uma relação.

Para ilustrar algumas das principais características que as pessoas apreciam nos profissionais criou-se a seguinte Nuvem de Palavras, instrumento onde as palavras que aparecem com maior frequência nos discursos das pessoas ficam evidenciadas a cor mais escura e em letra maior. Não se fez tratamento de palavras por se achar que é mais genuíno as que são referidas em discurso direto pela pessoa, correndo-se o risco de haver palavras repetidas, ditas em conjugações diferentes como acontece.

Como é possível reparar e apesar do destaque dado à palavra queixa, como resultado das duas situações negativas já enunciadas, a relação com os profissionais é pautada sobretudo pelo diálogo, pela ajuda demonstrada, pela proximidade, pela escuta e pela sinceridade.

Figura 4.2. Nuvem de Palavras do código “Relação com a Técnica”



Fonte: Programa MAXQDA 2018

Para além das palavras mais evidenciadas para definir esta relação, os discursos que representam o que as pessoas mais valorizam nas relações com os profissionais mostraram-se correspondentes com a relação necessária para potenciar uma faceta participativa.

“A humanidade (...) além do que a doutora me arranjou a questão do rendimento mínimo, a preocupação que ela teve na área da alimentação”

Entrevista 15, Género Masculino, 61 anos

“ Sim. (...) Se precisar de alguma coisa ou assim. São muito boas pessoas.”

Entrevista 18, Género Feminino, 47 anos

“Já variei de doutoras aqui, já tive duas ou três, mas de todas não tenho que dizer, por acaso, são compreensíveis.”

Entrevista 1, Género Feminino, 27 anos

“A minha abertura para com elas. O entendimento delas para comigo. Elas saberem que eu estou com o RSI, que sou pobre, passo fome, tenho uma casa camarária, não tenho vergonha de o dizer. Às vezes quero pôr uma panela... um prato de sopa para os meus filhos e não tenho. Não tenho problema em dizer. Mas qualquer coisa que se passe, que se passe mesmo... ou que eu receba, ou que me cortem, ou que receba a mais. A mais. Que ninguém faz. Eu procuro a doutora”

Entrevista 6, Género Feminino, 38 anos

“Sou sincera com a doutora, ela é sincera comigo, em todos os aspetos.”

Entrevista 8, Género Feminino, 28 anos

“É. É atenciosa, ajuda no que me pode. “

Entrevista 9, Género Feminino, 41 anos

“É as palavras que nos dizem. O apoio moral que nos dão. Para nós, principalmente para eu não ir abaixo. E eu quando estou em baixo, telefono para aqui.”

Entrevista 12, Casal, Elemento Género Feminino, 64 anos

“O que é importante é que é uma doutora humana, muito humanista. (...) É honesta comigo e eu também sou honesto com ela.”

Entrevista 16, Género Masculino, 65 anos

“E ela sabe destes meus problemas e há alturas em que eu refugio-me em casa e ela ia lá a casa ver se eu estava bem, como é que as coisas estavam. Quantas vezes ela chegava lá e eu não tinha dormido, estava fechada no quarto, tocava a campainha, e mais do que uma vez, dá-me assim um bocado vontade de rir, porque eu deixava-a na sala e eu ia para o quarto fechar-me completamente. E ela nunca stressava. Dizia: “Então eu estou aqui”. “A doutora pode ir embora. Não estou. Não quero falar, não quero”. E ela sempre foi muito compreensiva comigo.”

Entrevista 17, Género Feminino, 42 anos

Destaca-se nestes discursos uma dimensão mais simbólica, por exemplo, no caso da entrevista 12 em que para a pessoa o apoio moral é de extrema importância para se sentir valorizada e sentir que tem um apoio. Evidencia-se também a questão dos recursos relacionais para pessoas como é o caso da entrevista 17, em que é descrita uma situação de isolamento da pessoa em que o profissional é o elemento chave na tentativa de restabelecimento de sociabilidades fazendo com que a pessoa sinta que alguém se preocupa consigo e a compreende.

Após o desenvolvimento deste ponto, fica mais evidente que, apesar das pessoas identificarem ações semelhantes às que estão contratualizadas, as ações contidas no contrato de inserção não são percebidas como importantes para espelhar as questões da participação. De facto, o que se torna mais evidente nos discursos das pessoas, que também se traduz numa relação de grande proximidade entre os códigos “Relação com a técnica” e “Participação RSI” quando análise, é que é a relação com os profissionais, pautada por interações de base regular que lançam as bases para os processos participativos.

No entanto, e apesar disso, os discursos das pessoas não revelam que estas interações potenciam percursos de autonomização, ou seja, a relação com o profissional parece servir para a pessoa ficar mais à vontade e expressar as suas dificuldades mas não transparece algo mais para além, que potencia a efetiva emancipação.

Como conclusão, de facto os processos de mudança social são extremamente difíceis de alcançar e implicam intervenções duradouras e persistentes, onde a relação entre o profissional e as pessoas é uma das bases importantes. Num contexto de constantes alterações a nível das políticas económicas, educativas, de saúde, entre outras, são também condições estruturais que oferecem constrangimentos aos processos de real alteração das condições de vida das pessoas. Sem mudanças nas estruturas mais inflexíveis, como as pessoas referem ser o caso do IEF, ou a entrevista 3 refere de forma generalizada pelo sistema. O trabalho do profissional fica então restringido não só pelas condições de vida difíceis que a pessoa experiencia mas também pelas condições objetivas, associadas às entidades externas que não só não contribuem para o empoderamento das pessoas, como asfixiam potenciais processos de autonomização.

4. REFLEXÕES SOBRE O FUTURO DO R.S.I.

O último ponto deste Capítulo irá focar-se num desafio que foi colocado a todos os entrevistados, que era participarem num grupo de discussão de forma a debaterem a medida do R.S.I. e fazerem as suas próprias propostas. Neste sentido e estando feito o convite (hipotético), apenas 4 pessoas das entrevistadas responderam que não tinham interesse em participar e 2 manifestaram que a sua participação no grupo era-lhes indiferente.

Como seria de esperar e visto que foi abordado por algumas pessoas com alguma regularidade o valor pecuniário reduzido, umas das propostas seria o aumento do valor:

“Sei lá. Por exemplo, aumentarem os valores porque uma pessoa sozinha não pode viver com 182€ ou 186€. Quase que não dá para uma luz e para uma água. Portanto, acho que isso é um valor... Quando é uma pessoa a receber isso é um valor que pode ajudar mas acho que não ajuda assim tanto. Uma pessoa sozinha, se tiver uma casa, se tiver água, luz, coisas normais, não é?! Não consegue sobreviver com esse dinheiro. Eu acho que deviam adequar o valor para a pessoa viver minimamente com recursos, mas... não é assim.”

Entrevista 2, Género Feminino, 37 anos

No entanto, outros apontam para a necessidade do aumento não ser suficiente, estando em causa uma questão mais de redistribuição, que vai de encontro ao relatado no Capítulo 1:

“eu por aquilo que eu vejo neste país não há muitos dinheiros. Ele pode estar é mal distribuído o dinheiro que há.”

Entrevista 15, Género Masculino, 61 anos

“ Se nós temos um orçamento de determinados milhões para A, setor da pasta da saúde, da educação... Que eles apostam e é bom sinal. Da saúde, que melhorou bastante. Porque é que eles não têm uma certa... 1% do PIB, que seja 1 % do PIB, são milhões. Eu sei disso porque é números, eu sei o que isso é. (...) o Ministério que tem determinados milhões e milhões... Porque é que a Segurança Social... Nós temos um caso muito social deve-se combater, ainda há muito desemprego, há muita pobreza... É arrepiante”

Entrevista 19, Género Masculino, 60 anos

Um pouco na sequência do que já tinha sido destacado no ponto sobre as ações dos contratos de inserção, as pessoas acham que também seria importante a contribuição para a integração laboral, mas uma integração que seja efetiva, não uma integração temporária.

“Não, é só mesmo isto. A questão de porem em cursos e chega ao fim e não adiantar nada. Eu vejo pela situação do meu marido, não adiantou nada. Cortaram-me o rendimento na mesma. Faltou à entrevista, cortaram na mesma. Já há dois anos que não recebe rendimento. O que adiantou andar no curso? Nada.”

Entrevista 9, Género Feminino, 41 anos

Reforçando a importância da integração efetiva no mercado de trabalho não foram raras as vezes que as pessoas abordaram o papel do IEFP, entidade que está responsável por gerir a integração formativa e profissional dos beneficiários do R.S.I. Como é possível ver pelos testemunhos abaixo identificados, é considerado que o IEFP promove formações que depois não garantem a continuidade com a integração no mercado de trabalho, e ainda que disponibiliza ofertas que não são ajustadas aos candidatos e que, por vezes, não salvaguardam os direitos de trabalho.

“ Não. Porque nós vamos fazer as propostas feitas pelo IEFP de cursos e tudo e depois, nós não tendo experiência, vamos a um trabalho, foi feito um curso pelo IEFP, não dão esse valor. Se fizermos pelas Novas Oportunidades o 9º ano, que por acaso não é o meu caso, nós se formos a um emprego, não dão esse valor. Portanto são coisas que fazem que é para tirar as pessoas das estatísticas de desemprego. Porque uma pessoa indo para um curso, indo para um emprego de 6 meses, as pessoas saem das estatísticas, como não estão desempregadas. E, para todos os efeitos, estamos desempregados. Estamos é ocupados, naquele período de tempo.”

Entrevista 2, Género Feminino, 37 anos

“Não há uma seleção do que é para este e do que é para aquele. É tudo assim. Temos que fazer, vamos fazer. E vem tudo e depois vê-se o que é que se faz. Não há uma selecção, uma parte seleccionada, para dizer assim... “Este emprego, ou esta formação, ou isto, se calhar vai mais para ali, mais para acolá. Vamos tentar ver”. São 50 pessoas, têm que vir 50 pessoas, ou crianças ou homens, as crianças pronto, é uma maneira de falar. Homens, mulheres e tudo mas não vêem se uma pessoa tem estofo ou se alguma vez fez aquilo. Quer dizer, não há uma seleção do que é que vamos fazer ou do que é que não se vai fazer.”

Entrevista 5, Casal, Elemento Género Masculino, 52 anos

“E depois vim aqui passar um mês e pico para mudar a direcção para lá... e lá no instituto de emprego o que é que eles têm por exemplo. Aqui põem no vidro fora, eles lá é no átrio e têm na parte de dentro e lá dentro o que é que eu reparei. Havia lá um pedido mas não pedia habilitações, que era receção e expedição de malhas. Eu tirei os dados, depois falei lá com o técnico que me atendeu na questão das apresentações “Eu tirei esses dados assim, assim, ali para... por causa disto assim assim” acho que era na zona já para os lados de Fafe, essa empresa e foi chamar o diretor eu disse “Isso foi o que eu trabalhei durante meia dúzia de anos era esse serviço que eu fazia receção e expedição de malha, e revistar malha e tudo”. Fui lá sem saber mas houve quem ensinasse e uma pessoa vai aprendendo e a curiosidade também assim o obrigou. Vai lá o diretor “o senhor... habilitações literárias?”, “frequência do 5º ano geral de electricidade”. “Ai tem que ter o 12º para isso”. Uma pessoa se por infelicidade da vida ou qualquer coisa, que foi o que aconteceu a mim, faleceu o meu pai e tive que ir trabalhar. Eram 7 filhos “Ah tem que ter o 12º ano”. O próprio Governo é que corta as pernas às pessoas? Uma pessoa se tem vontade de ir trabalhar e hoje em dia pronto tenho o meu feitio, sou pessoa que me agarro ao que aparecer, não quero uma profissão específica.”

Entrevista 15, Género Masculino, 61 anos

“E andei nessa formação e depois caí no desemprego novamente. Estive a estagiar num restaurante. Tive lá meio ano. Depois ao fim de meio ano mandaram-me embora. (...) Porque as próprias formações.... Há um caso ou outro esporádico, ali do curso, da formação. Nós tivemos 3 ou 4 colegas que arranjam trabalho. Uma foi para uma empresa de linha de montagem, ela tinha 20 e poucos anos. Ainda há dias me ligou. Outra foi para uma empresa de costura.”

Entrevista 19, Género Masculino, 60 anos

Como propostas menos recorrentes surgiram a sugestão de uma maior penalização por incumprimento, meios alternativos de acompanhamento/apoio como a realização de visitas domiciliários com maior regularidade, a atribuição de apoios complementares para medicação e alimentação, a organização de grupos de conversação para partilha de casos de sucesso de pessoas que se conseguiram autonomizar da medida, uma maior fiscalização das situações e aumento de incentivos para deixar de receber o R.S.I.

CONCLUSÃO

Retomando a pergunta de partida redigida na Introdução, é possível verificar, após apresentação dos resultados do presente estudo, que os beneficiários do R.S.I. não sentem que têm um papel participativo no momento de definição das ações constantes no plano de inserção.

No que concerne ao processo de R.S.I., nas suas diferentes vertentes, desde o conhecimento da medida até ao momento de assinatura do plano de inserção, conclui-se que a pessoa passa por fases semelhantes, apesar de nuns casos ser mais resistente a requerer a prestação social do que noutros. As razões para requerer o R.S.I. estão na maioria dos casos das pessoas entrevistadas relacionadas com a perda de vínculo laboral, com sérias implicações ao nível económico mas também ao nível simbólico, pois a pertença à sociedade ocorre por via da participação na vida em comunidade cuja principal base assenta na manutenção de uma carreira profissional como forma de autonomização.

Quanto ao plano de inserção, a assinatura deste é visto como o momento definidor da integração na medida, sendo que a maioria dos entrevistados não sabe definir com objetividade as ações que integram esse plano. Quando questionados sobre estas as mesmas, destacam a questão do emprego como condição imprescindível para beneficiarem da medida, elencando o conjunto de obrigações para com o IEFP. Enquanto entidade gestora das ações de emprego, a relação com esta é definida como é inibidora para as pessoas, sendo a principal responsável pelo receio de perda da prestação social ou pela perda efetiva e não enaltecendo a questão do poder e de devolução de autonomia à pessoa, mas pelo contrário impondo regras que vão restringindo o seu campo de ação.

Focando mais especificamente no plano de inserção e nas questões da participação associados a estes, a análise dos discursos das pessoas revelou não existir relação entre estas duas variáveis. Evidenciou-se sim que a relação com os profissionais de acompanhamento é, na realidade, o fator potenciador de uma ação participativa por parte da pessoa, sendo que o plano de inserção é visto como uma mera formalidade, descrita quase sempre como uma obrigação para beneficiar da medida. Ou seja, em termos macros, o plano de inserção que é imposto na regulamentação da medida não parece ter o efeito pretendido, pois é em termos micro, no decorrer do acompanhamento mais próximo das pessoas, que se molda a intervenção e o tomar parte do seu processo de forma a contribuir para a sua integração.

Na continuidade da reflexão sobre os contratos de inserção, e focando num dos objetivos do presente estudo que era de compreender se as ações definidas se coadunavam com as que as pessoas percecionavam ser importantes para alterar a sua condição objetiva, foi

possível verificar que em 17 dos 20 contratos de inserção consultados, as pessoas referiam pelo menos uma das ações que estava definida nos mesmos, ainda que, muitas vezes, referissem numa primeira instância não saber o que está definido no contrato de inserção.

Apesar de neste estudo ser apenas importante focar a análise nas percepções dos beneficiários de R.S.I. poderia ser interessante num estudo futuro ter em conta também a visão dos profissionais e pô-la em estrita relação a dos beneficiários, isto é, devolver a uns e a outros as suas visões em relação ao trabalho que é desenvolvido no âmbito do R.S.I., às interações que se estabelecem no decorrer do acompanhamento social e a outros aspetos que pudessem ser relevantes.

Relativamente à avaliação da medida através da hipotética discussão em grupo, as pessoas mostraram-se interventivas neste ponto destacando mais uma vez como principal fonte de problema a gestão do IEFP em relação ao trabalho que desenvolve. Para tal e em consonância com as questões teorizadas no Capítulo 1, sobre a pobreza e exclusão social, referem que não basta uma qualquer integração laboral para garantir que a pessoa se possa autonomizar da prestação do R.S.I. Referem antes que esta integração tem que ser efetiva, ou seja, traduzir-se num vínculo laboral estável, que possa devolver um sentimento de segurança à pessoa, não só em termos económicos mas também de garantia futura que lhe permita projetar-se e contemplar o futuro com a possibilidade de definição de planos.

A participação tem sido um conceito que tem sofrido mutações ao longo dos tempos mas sabe-se, e Capucha demonstrou com a sua teoria dos modos de vida, que para conhecer a realidade efetiva em que as pessoas vivem é essencial estar predisposto a sair da sua zona de conforto e entrar na zona de conforto da pessoa, entrar na realidade vivenciada pela pessoa. Como foi evidente no quadro teórico mas depois também nos resultados obtidos nas entrevistas, esta aproximação à realidade da pessoa e ao posterior envolvimento da mesma nos processos de emancipação e autonomização da medida estão estreitamente ligados com a relação que se desenvolve com as pessoas com quem se trabalha, num processo de paridade e não de verticalidade, contribuindo para uma efetiva mudança.

A este propósito, e considerando também as relações que a pessoa desenvolve de forma bastante próxima com a entidade IEFP e com os seus profissionais, surge uma proposta mais arrojada. Julgo que seria interessante tentar implementar um projeto piloto numa delegação de IEFP no país, onde fossem efectivados atendimentos de acompanhamento próximo para procura de emprego e para o trabalho de competências essenciais para conseguir esta integração efetiva. Seria interessante avaliar posteriormente o impacto que esta medida

poderia ter na vida das pessoas, no geral, mas especificamente nas pessoas que beneficiam do R.S.I.

Mais ainda, seria interessante que a nível local implementar a realização de sessões de grupo onde as pessoas pudessem manifestar as suas opiniões sobre o R.S.I. e apresentar propostas efetivas que depois fossem levadas pelo poder local ao poder central para levar a mudanças na medida. A presença de pessoas desses grupos locais para apresentação de propostas seria também uma forma de implicação direta na melhoria da medida assim como daria importância às pessoas podendo transmitir-lhes que a sua opinião conta e que os centros de decisão não são assim tão distantes das pessoas.

BIBLIOGRAFIA

- Adams, Robert (2008), *Empowerment, participation and social work*, Palgrave Macmillan.
- Amaro, Inês (2015), *Urgências e Emergências do Serviço Social: Fundamentos da profissão na contemporaneidade*, Lisboa, Universidade Católica Editora.
- Astier, Isabelle (2007), *Les nouvelles règles du social*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Bachrach, Peter e Morton S. Baratz (1970), *Power & Poverty – Theory and Practice*, Nova Iorque, Oxford University Press.
- Baptista, Isabel e Jorge Cabrita (2009), *Regimes de Rendimento Mínimo – Um Estudo das Políticas Nacionais*, CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social.
- Bardin, Laurence (2011), *Análise de Conteúdo*, Lisboa, Edições 70.
- Boletim de Inserção – Rendimento Social de Inserção* (2010), Lisboa, Instituto da Segurança Social, I.P.. Disponível em http://www.seg-social.pt/documents/10152/153980/boletim_insercao_rsi_2010/31511613-3bc5-4174-bf24-a64b61214f0b, consultado em 25 de Maio de 2016.
- Branco, Francisco (2001), *A face lunar dos direitos sociais – virtualidades e limites do RMG como direito de cidadania em Portugal*, Dissertação de Doutoramento em Serviço Social, São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Branco, Francisco (2008), “Acção Social, Individualização e Cidadania. – A construção do acompanhamento social no contexto do Estado Social activo”, *Cidades – Comunidades e Territórios*, nº17.
- Branco, Francisco e Inês Amaro (2011), “As práticas do “Serviço Social ativo” no âmbito das novas tendências da política social: uma perspetiva portuguesa”, *Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 108*, (Online), Disponível na Scielo.
- Brebant, Brigitte (1984), *La Pauvreté, un destin?*, Paris, L’Harmattan.
- Bryman, Alan (1997), *Social Research Methods*, Oxford, Oxford University Press.
- Cabral, João de Pina (2018), “Modes of participation”, *Anthropological Theory*, Vol. 18(4), 2018, pp. 435–455
- Capucha, Luís (2005) *Desafios da Pobreza*, Oeiras, Celta Editora.
- Castro, Alexandra e Isabel Guerra (2010) (Coord.), *Os caminhos da pobreza – Perfis e Políticas sociais na cidade de Lisboa*, Lisboa, Centro Editorial SCML.
- Comissão Nacional do RSI (2010), *Seminário Europeu | RSI – Um Direito à Integração Social*, Lisboa, Instituto da Segurança Social, I.P. – Comissão Nacional do RSI.
- Costa, Alfredo Bruto da (2008), *Um Olhar sobre a pobreza*, Lisboa, Gradiva.
- Dados Mensais de RSI* (2019), Lisboa, Instituto da Segurança Social, I.P.. Disponível em http://www.seg-social.pt/documents/10152/336284/Dados+Mensais+de+RSI+200401_a_201909.xls/12924a73-d4ee-467d-8636-5df10cce45f2, consultado em 28 de Outubro de 2019.
- Diogo, Fernando, Alexandra Castro e Pedro Perista (2015) (Org.), *Pobreza e Exclusão Social em Portugal – Contextos, Transformações e Estudos*, V. N. de Famalicão, Edições Húmus, Lda.
- Dhillon, Shaminder et al. (2015), “Understanding advocacy in action: A qualitative study”, *British Journal of Occupation Therapy*, (Online), Disponível na Sage.
- Eco, Umberto (1980), *Como se Faz uma Tese em Ciências Humanas*, Lisboa, Editorial Presença.
- Estivill, Jordi (2003), *Panorama da Luta contra a Exclusão Social – conceitos e estratégias*, Genebra, Bureau Internacional do Trabalho, Programa Estratégias e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza.
- Ferreira, Jorge e Paula Seno (2014), “Atendimento e Acompanhamento Integrado: Uma Prática do Serviço Social”, em Maria Irene Carvalho e Carla Pinto (Coord.), *Teorias e Práticas*, Lisboa, Pactor.
- Flick, Uwe (2005), *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*, Lisboa, Monitor.
- Gabinete de Estratégia e Planeamento (2016), *Rendimento mínimo em Portugal: Retratos de 20 anos a desafiar práticas e (pre)conceitos/1996-2016*, Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

- McColl Mary Ann *et al.* (2003), *Theoretical Basis of Occupational Therapy*, Thorofare, NJ: Slack, citado por Dhillon, Shaminder *et al.* (2015), *Understanding advocacy in action: A qualitative study*, British Journal of Occupation Therapy.
- Ninacs, William A. (2008). *Empowerment et intervention : Développement de la capacité d’agir et de la solidarité*. Québec. Les presses de l’Université Laval.
- Oliveira, Ana M. C. (2016), *A Teoria das Forças – Um referencial para a prática na intervenção social*, Lisboa, Universidade Católica Editora.
- Organização Internacional do Trabalho (2003), *A luta contra a pobreza e a exclusão social em Portugal. Experiências do programa de luta contra a pobreza*, Genebra, Bureau Internacional do Trabalho, Programa Estratégias e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza.
- Pereira, Elvira *et al.* (2016), “Minimum Social Standards in Portugal: changes and adequacy from the pre to the post austerity period”, trabalho apresentado no VI Congreso Red Española de Políticas Sociales – Pactar El Futuro. Debate para un nuevo consenso en torno al bienestar., 16 e 17 de Fevereiro de 2016, Sevilla.
- Quivy, Raymon e Luc Van Campenhoudt (1992), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.
- Rodrigues, Eduardo Vítor (2010), “O Estado e as Políticas Sociais em Portugal”, *Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*, Vol. XX, pág. 191-230.
- Rodrigues, Maria de Lurdes e Luísa Araújo (2017), “Modelos de Análise das Políticas Públicas”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 83, 2017, pp. 11-35
- Santos, Clara Cruz *et al.* (2013), *Serviço Social: Mutações e Desafios*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Soulet, Marc-Henry (2006), “Confiança e Capacidade de Ação. Agir em Contexto de Inquietude”, em Casimiro Balsa (*Org.*), *Confiança e Laço Social*, Lisboa, Edições Colibri.
- Sousa, Paula e José Luís D’Almeida (2016), *Avaliação Diagnóstica na Prática do Serviço Social*, Viseu, Psico & Soma – Livraria, Editora, Formação e Empresas, Lda.
- Vieira, Isabel de Freitas (2015), *A Participação. Um paradigma para a intervenção social*, Lisboa, Universidade Católica Editora.

ANEXOS:

ANEXO A – Guião de entrevista

ANEXO B – Codificação MAXQDA 2018, exemplo com o código “Participar no RSI”

ANEXO A – GUIÃO DE ENTREVISTA

Instrumento de Recolha – Guião de Entrevista Semi-estruturado

| | |
|--|--|
| Número da Entrevista | |
| Data | |
| Idade | |
| Escolaridade | |
| Há quanto tempo beneficia do R.S.I. | |

1 – O que o/a motivou a requerer o Rendimento Social de Inserção?

2 – Pode descrever-me como foi o processo de requerer o Rendimento Social de Inserção?

- passos que teve que cumprir
- parte burocrática (formulário, inscrição no IEFP, ...)
- dificuldade do processo/contou com a ajuda de alguém

3 – Lembra-se de ter assinado o contrato de inserção?

- processo de assinatura
- quem estava presente
- o que foi explicado

4 – Sente que a sua participação tem sido valorizada? Em que aspetos?

5 – Como descreve a sua relação com a/o sua/seu técnica(o)? O que mais valoriza na sua relação com a/o sua/seu técnica(o)?

- escuta ativa
- formalidade/informalidade
- rigidez/flexibilidade
- disponibilidade

6 – Atente ao seguinte testemunho: “Falando por mim próprio, eu detestaria estar na fase final de uma avaliação na qual o meu assistente social me faria um conjunto de questões acerca dos meus problemas e depois pegasse nessa informação e tomasse uma decisão por si próprio sobre quais seriam as minhas necessidades.” (Becket, 2010, em Paula Sousa e José Luís D’Almeida, *Avaliação Diagnóstica na Prática do Serviço Social*).

Acha que isto aconteceu consigo? Como se sentiu?

7 – O que acha que seria importante acontecer para deixar de receber o Rendimento Social de Inserção?

8 – Se fosse convidado a participar num grupo para discutir a medida do Rendimento Social de Inserção participaria? Quais as suas propostas para melhorar a medida?

ANEXO B – Codificação MAXQDA 2018, exemplo com o código “Participar no RSI”

| Document | Coded Segments |
|---------------|--|
| Entrevista 5 | EH5: não ligam. Por muito barulho que as pessoas façam e houve uma grande contestação aqui há uns anos atrás. Até veio nos jornais e tudo. Nada foi feito. Não há... EM5: Falta formação às pessoas e já mudou muito |
| Entrevista 15 | E15: ora bem, as pessoas se estudam isto é tudo uma questão, quanto a mim, de psicologia não é? Isto ser humano e graças a deus não somos todos iguais todos somos diferentes ou antes somos iguais e todos diferentes ao mesmo tempo. E cada pessoa tem a sua opinião poderia aceitar certas e determinadas coisas que me dissessem desde que fosse para o meu bem |
| Entrevista 3 | E3: Tem que ver com... é o sistema não vale a pena. É o sistema porque por muito que as técnicas muita das vezes queiram fazer alguma coisa o sistema também não as deixa elas... e a mim deixa-me um bocado chateada isso porque quer dizer é muito limitativo é extremamente limitado. Devia ser mais, por exemplo, porque é que não tem aqui espaço e as pessoas não são chamadas, obrigadas a vir aqui todos os meses para uma reunião tipo Alcoólicos Anónimos mesmo, estou a dar um exemplo, Alcoólicos Anónimos podia ser outra coisa qualquer. É só para dizer que podia haver essa essa vontade das pessoas das pessoas conviverem até socialmente para provavelmente até para incentivarem umas às outras não sei digo eu porque às vezes acho que as pessoas isso poderia ajudar até uma maior proximidade |
| Entrevista 3 | E3: Não vejo as coisas assim. Está a ver não vejo as coisas assim, eu percebi a ideia, mas não vejo as coisas assim porque quando a técnica nos pergunta quais são as nossas necessidades nós temos todo o à vontade de dizer quais elas são certo? aí temos o nosso poder de argumentar. Quando a técnica vê quais são as nossas necessidades e estuda o caso ela está a ler aquilo que eu disse ela vai tomar a decisão sobre aquilo que eu disse quer dizer não estou a entender, não faz muito sentido que diga que ela toma a decisão per si, não é per si é com base em coisas que nós dizemos, quais são as nossas necessidades e logicamente se ela vai, por exemplo, à minha casa e se vê que estão a dormir três filhos num quarto logicamente que vai perguntar o porquê e porque é que não se pede transferência se eu estiver numa casa camarária ou porque é que não se arranja um quarto maior ou porque é que não se muda de quarto ou qualquer coisa do género mas isso faz parte do trabalho da técnica as pessoas também têm que compreender isso |
| Entrevista 1 | Não tenho o que dizer. Por acaso não. Sempre pertenci aqui. Ao início quando pus, mesmo aos 18 anos, não era daqui que eu pertencia, era na Maia, mas quando vim para aqui não tive o que dizer... |

| | |
|--------------|--|
| Entrevista 2 | E2: Não sei. Eu tenho rendimento há muitos anos mas ao longo destes anos eu fui fazendo formações, eu trabalhei. Tive o rendimento suspenso enquanto trabalhei. Fiz várias coisas nestes anos, e depois é reativo outra vez porque o mercado de trabalho está, prontos, não está muito bom também mas... é tudo normal. Se eu tiver alguma questão pergunto e respondem-me, caso tenham alguma questão também. Eu acho que é um processo normal. |
| Entrevista 2 | E2: Eu acho que tem que ser em conjunto. Porque uma técnica está desse lado, pode ouvir os nossos problemas mas nós é que sabemos mesmo quais são os nossos problemas. Eu acho que as técnicas têm que nos tentar ajudar. Não acho que tenham que resolver por nós. Têm que tentar ajudar. Prontos. Ser um género de uma equipa. Ouvir as nossas opiniões e elas darem as opiniões ou os serviços que podem haver. De resto... |
| Entrevista 2 | E2: Era capaz de pôr as propostas que houvessem em cima da mesa, e a pessoa tenta ver qual é o melhor que se adequa à vida dela. |
| Entrevista 4 | E4: Porque não se deve fazer. Porque eu acho que se eu tenho alguma coisa tipo... eu faço alguma coisa derivado a você. Primeiro tenho que perguntar, pedir opiniões, se aceita, se não aceita... agora fazer as coisas por trás, não. |
| Entrevista 6 | E6: Estão-me a dar porque me ajudam e para mim agradeço essa ajuda porque, se não fosse isso, ainda mais dificuldades passava... mas gostava de ter a minha vida, ser eu própria, não ter rendimento, não ter estas coisas porque infelizmente temos muita gente que precisa e não vamos, não é?! Gostava de ter as minhas coisas. Não era estar em casa à espera que ele caísse. Isso está fora de questão, mas não tenho outra alternativa. |
| Entrevista 7 | E7: Tenho participado em tudo, basicamente. Nunca falto a nada do que me chamam. Tudo o que pedem, até mesmo para vir aqui, ou ir a outro lado qualquer, cartas que receba, apareço a tudo, não falho a nada. |
| Entrevista 7 | E7: Mal. Eu acho que não é só decisão... acho que não é só a decisão do técnico, pelo que percebi aí da pergunta. Acho que temos que ser informados de tudo e também informar o técnico de alguma coisa que não, que não está dentro dos... não sei explicar. |
| Entrevista 8 | E8: Não. |
| Entrevista 8 | E8: Acho que está errado, não é. Qualquer um tem que ter, apesar de nos fazerem uma avaliação tem que, antes da doutora resolver a nossa vida, tem que ter uma opinião nossa. É o caso. A doutora antes de resolver qualquer coisa, não é, porque neste caso sou eu e o meu irmão, como adultos no agregado. Ela, quando vê que alguma coisa está mal ou a gente não está inscrita no Centro de Emprego, ou isto, ou aquilo. Ela não vai logo mandar os papéis para Lisboa para a técnica, ou para a diretora. Liga primeiro comigo para tratar dos papéis, para tratar com o meu irmão, e a gente vai resolver, ou tenta resolver. Depois ela vai resolver, de outra forma de ajudar-nos, não é para nos lixar. |

| | |
|---------------|--|
| Entrevista 9 | E9: Sou chamada muitas vezes para ir trabalhar, só que como eu tenho 6 filhos, tenho 2 pequenos a meu cargo, não tenho podido ir. Um já o consegui pôr na escola mas tenho este que ainda está a peito. Foi o que eu disse “Mal eu consiga tirar-lhe do peito e as fraldas, posso ir até para um curso ou assim”. Enquanto eu tiver a meu cargo, não posso por causa disto. Porque são pequeninos |
| Entrevista 9 | E9: Isso não. Mas perguntam muita coisa sobre a minha vida, porque não tem nada a ver. |
| Entrevista 9 | E9: Perguntam coisas a mais, claro que sim. Isto é a vida particular, é a minha vida. Nós só temos, é o rendimento. Eles não têm nada que saber o que uma pessoa passa. Eles querem saber tudo. Até o que eu comi eles chegaram a perguntar. Isto não tem lógica nenhuma. |
| Entrevista 10 | E10: Sei lá. Isso por um lado poderia ser bom, por outro podia ser mau por a pessoa não fazer nada dos problemas que tem, não é? De ser outra pessoa a resolvê-los. Por um lado achava bom e por outro achava mal porque nós temos que resolver os nossos problemas por muito que às vezes a gente não consiga e tenha alguém que nos ajude. Não pode ser a pessoa que nos tem que ajudar em todos os problemas, não é? |
| Entrevista 10 | E10: Por um lado era bom porque se calhar resolvia alguns problemas que necessitava e por outro lado, seria mal por resolver os problemas todos e nós não podermos dizer nada, fazer nada. A ser só a pessoa a fazê-lo. |
| Entrevista 11 | E11: Não, nunca dei a minha opinião porque, é assim, no meu ver quem manda são vocês, não sou eu e não vou dizer, a minha opinião é essa, não vou. Não vou dizer nada. |
| Entrevista 11 | E11: Não. É assim, é como eu estou a dizer. As doutoras é que sabem o que é e o que não é. A doutora Sílvia para ela diz que outras pessoas que precisam mais do que eu a alimentação. E eu não vou dizer “Não, eu preciso mais do que aquele e você está a dar aquele”. Eu não posso dizer isso, não é? Por isso mesmo nunca digo a minha opinião. |
| Entrevista 11 | E11: É assim, eu não vou dar trabalho às pessoas, é assim, nós temos que resolver os nossos problemas, não vamos pôr os nossos problemas nas outras pessoas. Eu, para mim, é assim, eu não gosto de dar trabalho, eu resolvo os meus problemas como eu posso, como foi o caso da medicação. Consegui, com a ajuda da doutora do Porto. Hoje não preciso porque eles estão a dar a medicação. |
| Entrevista 11 | E11: Consegui. Por isso mesmo eu não vou dar trabalho à doutora porque ela já a primeira vez fez para conseguir a medicação. Claro ela depois não tem culpa deles depois não contribuírem, não é? Ela não tem culpa. E depois eu disse “Doutora, já que eles não querem ajudar, eu tenho que procurar outros meios”. Procurei outros meios. Falei com a doutora do Porto e ela disse “Há uma hipótese. Você com a doutora só que vais ter que esperar” E eu disse “Não interessa, mas eu vou conseguir.” E consegui. |
| Entrevista 11 | E11: É assim. A minha opinião não ia adiantar em nada, que eu digo-lhe já. |
| Entrevista 12 | EM12: Com medo. Medo porque é assim. |

| | |
|---------------|---|
| Entrevista 12 | EM12: Se nós ficamos sem, como é que eu sobrevivo? Já assim sabe deus, se não é a minha filha. |
| Entrevista 12 | EM12: Se eu estiver em condições de vir, não tenho problema nenhum. |
| Entrevista 12 | EH12: Eles falavam e eu estava calado. |
| Entrevista 13 | EH13: Ora bem, eu é diferente. Eu tenho, o fundo de emprego chama por mim. De 2 em 2 meses, de 3 em 3 meses, chamam por mim. Sempre reuniões. É o que eu venho aqui. |
| Entrevista 13 | EH13: As apresentações e formações. Quero para jardinagem, para construção civil. Ponho uma cruzinha. “O que é que você quer?” “Quero isto” uma cruzinha. Assinamos o papel e vimos embora. E depois vê-se. |
| Entrevista 13 | E: Não há problema nenhum se decidisse o que apetecesse. |
| Entrevista 14 | EM14: É assim, sempre que nos é pedido alguma coisa, nós colaboramos, por isso... |
| Entrevista 14 | EM14: Eu acho mal, eu acho melhor falar e resolvermos todos. |
| Entrevista 14 | EM14: Porque é assim, eu por exemplo falo por mim, eu não gosto que as pessoas decidam as minhas coisas, as coisas que têm a ver, a relação comigo. |
| Entrevista 17 | E17: Sim. Aqui a doutora Orlanda ajuda-me imenso e ouve imenso os meus problemas. Porque o mais grave mesmo é eu não ter capacidades para trabalhar, porque eu quero trabalhar. Eu sinto necessidade disso só que, como eu não durmo, eu não tenho disposição para trabalhar. Primeiro porque eu acordo super cansada. Já fiz várias tentativas de reintegração e os patrões acabam por mandar embora porque eu pareço uma mosca morta. Tipo, no último trabalho que eu tive era muito complicado porque eu mexia com dinheiro. E nunca sabia se o cliente me deu 10, se me deu 20. E, por exemplo, o cliente fazia um pedido e eu virava costas e ia para tirar e eu já não me lembrava o que tinha sido pedido. E tenho tido... tenho sido seguida no S. João em consulta do sono... várias consultas de psicologia, psiquiatria. E eles não encontram solução para o meu problema. |
| Entrevista 17 | E17: No início. Eu, no início, não queria muito ajuda porque eu tinha receio que elas tomassem decisões por mim relativamente ao que as pessoas diziam sobre o filho “Podem-te tirar o filho, vão lá a casa vasculhar tudo” e não sei o quê, não sei o que mais. |
| Entrevista 19 | E19: Eu tenho procurado empregos. Tenho ido a uma ou outra empresa. Nem a todas vou mas ainda há dias fui... há cerca de 3 meses... foi o que me disse lá o diretor “Desculpa lá. A gente só mete pessoas entre os 45 e o máximo 50 anos e tem que ter escolaridade. Um bom electricista, coisa que eu não sou, não é?! Querem pessoas que sejam rentabilizadas. Está a perceber o que é que eu estou a querer dizer?” |
| Entrevista 19 | E: E se encontram alguma formação, algum emprego, perguntam-lhe se é adequado para si...? E19: Sim, sim, exato. Tem sido () comigo. Qualquer situação estão a par da situação “Frankelin é preciso isto ou aquilo”. São prestáveis. Nesse aspeto são sociais. |